

ANEXO VII – GLOSSÁRIO ÚNICO PARA EDITAL, CONTRATO E ANEXOS

AA	Áreas com Potencial de Atropelamento.
AASHTO	<i>American Association of State Highway and Transportation Officials.</i>
ABASP	É uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como principal objetivo apoiar, fomentar e aprimorar as atividades de bilhetagem e arrecadação nos serviços públicos de transporte coletivo de passageiros, tais como operação de comercialização de créditos eletrônicos de transporte e de captura e processamento das transações de bilhetagem de transporte, seja no SISTEMA METROFERROVIÁRIO, sistema sobre pneus, ou quaisquer outros modais, com atuação inicial na Região Metropolitana de São Paulo e possibilidade de expansão para outras regiões metropolitanas e municípios do Estado de São Paulo, além de estudos para melhorias nas atividades de bilhetagem e arrecadação nos serviços públicos de transporte coletivo de passageiros em observância com a legislação e regulamentação aplicáveis. Atualmente é formada pelas Concessionárias do Transporte Coletivo de Passageiros, sobre pneus, da Região Metropolitana de São Paulo, pela Companhia do Metropolitano de São Paulo-METRÔ, e pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM.
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas.
AC	Área com Potencial de Contaminação.
ACL	Ambiente de Contratação Livre.
ACORDO TRIPARTITE	Acordo firmado entre agente fiduciário representando os FINANCIADORES, o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA, que disciplina a relação entre as três partes visando à plena execução do CONTRATO, e a preservação dos interesses dos FINANCIADORES.
ADA	Área Diretamente Afetada.
ADJUDICATÁRIA	LICITANTE VENCEDORA à qual foi adjudicado o objeto da LICITAÇÃO, nos termos da legislação aplicável e do EDITAL.
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Órgãos ou entidades da Administração Pública direta e indireta, federal, estaduais, do Distrito Federal e dos municípios.
ADR	<i>Alternative Dispute Resolution.</i>
AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	Organização privada dedicada à avaliação e qualificação de empresas ou governos, segundo respectivos graus de risco de não cumprimento de compromissos financeiros, como Fitch, Standard&Poor's ou Moody's.
AGENTE FIDUCIÁRIO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA contratada e remunerada pela CONCESSIONÁRIA com a função de administrar e gerir a garantia a ser prestada pelo PODER CONCEDENTE para assegurar o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, nos termos da Cláusula 49.7. do CONTRATO.
AID	Área de Influência Direta.
AISC	<i>American National Standards Institute.</i>
AIISI	<i>American Iron and Steel Institute.</i>
ALOP	<i>Advanced Loss of Profits.</i>

AMV	Aparelho de Mudança de Via.
ANA	Agência Nacional de Águas.
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações.
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica.
ANEXOS	Conjunto de documentos, parte integrante do EDITAL e do CONTRATO, conforme rol constante do Item “F” do EDITAL e da Cláusula 72 do CONTRATO.
ANO DA CONCESSÃO	Período de 12 (doze) meses, contado a partir do início da FASE PRÉ-OPERACIONAL, e assim sucessivamente.
ANSI	<i>American National Standards Institute.</i>
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres.
APA	Área de Proteção Ambiental.
APOIO TÉCNICO	Empresa ou consórcio de empresas a ser contratada(o) pela CONCESSIONÁRIA para atuar na CONCESSÃO como agente técnico e tecnológico para apoio às ações de monitoramento e fiscalização do PODER CONCEDENTE, nos termos do CONTRATO e de seu ANEXO II.E.
APORTE	Aporte de recursos em favor da CONCESSIONÁRIA, a ser pago pelo PODER CONCEDENTE, em parcelas, em função da conclusão dos PACOTES DE INVESTIMENTOS, conforme disciplinado no ANEXO VIII.
APP	Área de Preservação Permanente.
APROVAÇÃO	Ato declaratório do AUDITOR INDEPENDENTE, fundamentado em relatórios e laudos técnicos de aferição, que atesta o cumprimento de todas as etapas, especificações técnicas e requisitos estipulados no CONTRATO e em seus ANEXOS, bem como das normas nacionais e internacionais, técnicas e métodos aplicáveis, cuja forma e prática de atuação estão previstos no CONTRATO e em seu ANEXO II.E, relativamente a: (i) SISTEMAS implantados; (ii) MATERIAL RODANTE adquirido; (iii) CONCLUSÃO SUBSTANCIAL, CONCLUSÃO PLENA ou CONCLUSÃO INSATISFATÓRIA; (iv) capacidade da CONCESSIONÁRIA para início da OPERAÇÃO COMERCIAL; (v) avaliação do cumprimento dos requisitos socioambientais previsto no CONTRATO e no ANEXO IV; e (vi) demais atribuições previstas no CONTRATO e em seu ANEXOS II.E e III.F.
ÁREA DA CONCESSÃO	Área sobre a qual serão prestadas as atividades objeto do CONTRATO, cujos contornos e limitação territorial encontram-se descritos no ANEXO I do CONTRATO, e que inclui a INFRAESTRUTURA EXISTENTE, apresentada em forma preliminar, devendo ser delimitada com os detalhamentos advindos dos projetos básicos e executivos da INFRAESTRUTURA A SER CONSTRUÍDA.
ART	Anotação de Responsabilidade Técnica.
ARTESP	Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, cujas competências estão estabelecidas na Lei Estadual nº 1.413, de 23 de setembro de 2024, no CONTRATO e seus ANEXOS.
ASTM	<i>American Society for Testing and Materials.</i>

ASV	Autorização para Supressão de Vegetação.
ATM	<i>Automated Teller Machine.</i>
ATO	<i>Automatic Train Operation.</i>
ATP	<i>Automatic Train Protection.</i>
AUDIÊNCIA PÚBLICA	Etapa inicial da LICITAÇÃO, nos termos do artigo 29 da Lei Estadual nº 10.177/1998 e do artigo 21 da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, cuja realização se deu em 19, 20 e 21 de junho de 2024, para tornar público o modelo da CONCESSÃO, esclarecer dúvidas e colher contribuições para o EDITAL, o CONTRATO e seus ANEXOS.
AUDITOR INDEPENDENTE	Empresa ou consórcio de empresas a ser contratada(o) pela CONCESSIONÁRIA que, sem prejuízo das competências fiscalizatórias e decisórias do PODER CONCEDENTE, deve atuar como agente técnico e tecnológico responsável por atividades de acompanhamento, controle, conferência, validação e APROVAÇÃO, em relação: (i) aos BENS INTEGRANTES; (ii) fiscalização e acompanhamento do CONTRATO; e (ii) aos processos de transferência da INFRAESTRUTURA EXISTENTE à CONCESSIONÁRIA, de TRANSIÇÃO OPERACIONAL, de CERTIFICAÇÃO de SISTEMAS e MATERIAL RODANTE e de comprovação da aptidão da CONCESSIONÁRIA para início da OPERAÇÃO COMERCIAL, por meio de relatórios, laudos técnicos de aferição do cumprimento de etapas e especificações técnicas constantes do CONTRATO e seus ANEXOS, entre outras atribuições previstas ao longo do CONTRATO e em seu ANEXOS II.E e III.F.
AVCB	Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, documento emitido pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo (CBPMESP), certificando que, durante a vistoria, a edificação possuía as condições de segurança contra incêndio.
AWS	<i>American Welding Society.</i>
B3	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua XV de Novembro, nº 275, responsável pela prestação de serviços especializados de assessoria técnica e apoio operacional relativos aos procedimentos necessários à realização da LICITAÇÃO.
BAIXA IMEDIATA DE SERVIÇO	Falha que paralisa a circulação do MATERIAL RODANTE em uma ou mais vias principais, ou provoca pane total em sistemas e equipamentos vitais para a operação de trem.
BANCO DEPOSITÁRIO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA autorizada a prestar os serviços de custódia de recursos financeiros para as PARTES, nos termos do CONTRATO e de seus ANEXOS.
BANCO DO BRASIL	Banco do Brasil S.A.
BASES DE MANUTENÇÃO	Bases de restabelecimento para atender e solucionar, durante todas as 24 horas diárias, falhas em todos os SISTEMAS FIXOS oferecendo infraestrutura mínima para suporte às equipes de manutenção programada nos SISTEMAS

	FIXOS, para organização e preparação do início das atividades logo após o término da operação comercial.
BENS INTEGRANTES ou BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO	Todo e qualquer bem afeto ou associado à prestação dos SERVIÇOS, cuja posse, guarda, manutenção, conservação e vigilância são de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, incluindo: (i) bens caracterizados ou não como bens reversíveis; e (ii) bens repassados pelo PODER CONCEDENTE ou adquiridos ou incorporados por ação da CONCESSIONÁRIA.
BEP	<i>BIM Execution Plan.</i>
BIM	<i>Building Information Modeling.</i>
BPII	Boas Práticas Internacionais da Indústria.
BSI	<i>British Standards Institution.</i>
BTEX	Benzeno, Tolueno, Etilbenzeno e Xilenos.
BU	Bilhete Único do Município de São Paulo: TÍTULO DE VIAGEM emitido na forma de cartão tipo <i>Smart Card</i> pela São Paulo Transporte – SPTrans.
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica, ou a entidade que venha a substituí-lo.
CADIN Estadual	Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais.
CAPEX	<i>Capital Expenditure</i> (investimentos em bens capitais).
CARRO	Unidade simples que compõe um TREM.
CARROS X QUILOMETROS DE SERVIÇO ou CARROS X KM DE SERVIÇO (“CKM”)	Também conhecidos como “quilômetros comerciais”, diz respeito à distância percorrida pelos carros com PASSAGEIROS. Tal apuração deverá ser utilizada para aferição da remuneração da CONCESSIONÁRIA, nos termos do ANEXO VIII.
CARTÃO DE SERVIÇO	Cartão tipo <i>Smart Card</i> para liberação de bloqueio e controle de acessos operacionais à LINHA, portado por empregados da CONCESSIONÁRIA, terceiro prestador de serviço da CONCESSIONÁRIA, empregado das pessoas jurídicas que tenham firmado os contratos indicados pela SPI, empregados da CPTM, do METRÔ e da SPI na qualidade de fiscalizador dos SERVIÇOS.
CARTÕES DE LIBERAÇÃO DE ACESSO	São os cartões que permanecerão em posse de empregados/colaboradores da CONCESSIONÁRIA, destinados a assegurar o acesso gratuito aos SERVIÇOS, sendo contabilizados como PASSAGEIROS TRANSPORTADOS, àqueles que detenham tal prerrogativa, nos termos da legislação vigente e normas regulamentadoras de acesso ao serviço, tais como: <ul style="list-style-type: none"> (i) Idoso que não possui o cartão específico; (ii) Policial Militar do Estado de São Paulo; (iii) Guarda Civil Metropolitano do Município de São Paulo; (iv) Auditor Fiscal do Trabalho e Agente de Higiene e Segurança do Trabalho; (v) Oficial de Justiça Estadual ou Federal ou Analista Judiciário ou Executor de Mandado Federal; (vi) pessoa com deficiência que não possui o cartão específico; e

	(vii) trabalhador desempregado credenciado, mediante a apresentação da credencial de usuário especial e carteira profissional.
CB	Computador de Bordo.
CBPMESP	Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo.
CCD ou CUSD	Contrato de Uso do Sistema de Distribuição.
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.
CCER	Contrato de Compra de Energia Regulada.
CCM	Centro de Controle de Manutenção.
CCO	Centro de Controle Operacional.
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo.
CDMS	Confiabilidade, Disponibilidade, Manutenibilidade e Segurança.
CDPED	Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização.
CEN	<i>European Committee for Standardization.</i>
CENELEC	<i>European Committee for Electrotechnical Standardization.</i>
CERTIFICAÇÃO	Ato declaratório da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, fundamentado em relatórios e laudos técnicos de aferição, que atesta o cumprimento de todas as etapas, especificações técnicas e requisitos estipulados no CONTRATO e em seus ANEXOS, bem como das normas nacionais e internacionais, técnicas e métodos aplicáveis, cuja forma e prática de atuação estão previstos no CONTRATO e em seu ANEXO II.E, relativamente a: (i) EMPREENDIMENTOS OBRA; (ii) INTERVENÇÕES entregues pelo PODER CONCEDENTE; (iii) avaliação de projetos de engenharia e CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS apresentados pela CONCESSIONÁRIA; (iv) CONCLUSÃO SUBSTANCIAL, CONCLUSÃO PLENA ou CONCLUSÃO INSATISFATÓRIA; e (v) demais atribuições previstas no CONTRATO e em seu ANEXO II.E.
CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO	Organismo de inspeção acreditada(o) pelo INMETRO, a ser contratado pela CONCESSIONÁRIA, responsável pela atividade de CERTIFICAÇÃO.
CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo.
CFTV	Circuito Fechado de Televisão.
CGPPP	Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas.
CIM	Centro de Informações da Manutenção e Engenharia.
CIOM	Centro integrado de operação e manutenção.
CLPI	Processos de Consentimento Livre, Prévio e Informado.
CMCP	Comissão de Monitoramento das Concessões e Permissões de Serviços Públicos dos Sistemas de Transportes de Passageiros, instituída pelo Decreto Estadual nº 51.308/2006.
CMD	Coeficiente de Mensuração de Desempenho, correspondente a mecanismo de verificação da qualidade e da disponibilidade dos SERVIÇOS, deduzido da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, a partir dos INDICADORES DE

		DESEMPENHO IQM e IQS aplicáveis aos SERVIÇOS.
CMMS		<i>Computerized Maintenance Management System</i> (Sistema Informatizado de Gestão de Manutenção).
CMT		Consórcio Metropolitano de Transporte, formado por empresas de transporte coletivo intermunicipal por ônibus na RMSP.
CNDT		Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas.
CNPJ		Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.
COFINS		Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO	DE	Comissão responsável pelo recebimento, exame, julgamento de todos os documentos licitatórios e condução dos demais procedimentos relativos à LICITAÇÃO.
COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO	DE	Comissão a ser constituída em até 2 (dois) anos antes do encerramento da CONCESSÃO, composta por representantes da ARTESP, da CONCESSIONÁRIA, do AUDITOR INDEPENDENTE e, se existente, da SUCESSORA, em número paritário, tendo por finalidade acompanhar a adoção, pela CONCESSIONÁRIA, das medidas prévias à devolução ou transferência dos BENS INTEGRANTES, conforme estabelecido no ANEXO III.F.
COMITÊ CONVIVÊNCIA	DE	Comitê composto por representantes da CMCP e da CONCESSIONÁRIA, responsável pelas atribuições estabelecidas pela Cláusula 9 do CONTRATO.
COMPLEXO DE MANUTENÇÃO	DE	Complexo para a manutenção de trens e veículos ferroviários, oficinas, logística de materiais e lavador para atender a todos os processos de manutenção (inclusive preventivas e corretivas) tais como: truques, rodeiros, motores entre outros. Os complexos podem abrigar vagas de estacionamento, direcionando parte de sua estrutura como pátio.
CON-0xx		Empreendimento de implantação de contenção xx, em que o subscrito xx corresponderá ao número de identificação da contenção específica.
CONAMA		Conselho Nacional do Meio Ambiente.
CONCESSÃO PATROCINADA CONCESSÃO	ou	Relação jurídica formada pela delegação das atividades objeto do CONTRATO, pelo PODER CONCEDENTE, por intermédio da SPI, à CONCESSIONÁRIA, nos termos, prazos e condições estabelecidas no CONTRATO e nos seus ANEXOS.
CONCESSIONÁRIA CONTRATADA	ou	SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, na forma de sociedade anônima, constituída pela ADJUDICATÁRIA, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com a finalidade exclusiva de executar o objeto do CONTRATO.
CONCESSIONÁRIA TRENS S.A. ou TIC EIXO NORTE	TIC	CONCESSIONÁRIA DO TIC EIXO NORTE, contemplando os SERVIÇOS do Trem EXPRESSO na Ligação São Paulo – Campinas, LINHA 7-Rubi e TIM.
CONCESSIONÁRIA LINHAUNI ou LINHAUNI		Concessionária Linha Universidade S.A., delegatária dos serviços de implantação das obras civis e sistemas, fornecimento de material rodante, operação, conservação, manutenção e expansão da Linha 06-Laranja.

CONCLUSÃO INSATISFATÓRIA	Marco a ser atestado pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou pelo AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, que confirma que determinadas obras, sistemas ou equipamentos não foram concluídos ou comissionados a contento e/ou que as inconformidades identificadas não permitem que o investimento esteja apto a cumprir as funções pretendidas e/ou não ofereçam risco à segurança do ativo ou dos usuários.
CONCLUSÃO PLENA	Marco a ser atestado pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou pelo AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, que confirma que determinadas obras, sistemas ou equipamentos estão plenamente concluídos ou comissionados, de acordo com as exigências contratuais, não restando inconformidades.
CONCLUSÃO SUBSTANCIAL	Marco a ser atestado pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou pelo AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, que confirma que determinadas obras, sistemas ou equipamentos estão suficientemente concluídos ou comissionados, de acordo com as exigências contratuais, de modo que possam estar disponíveis para utilização conforme suas funções pretendidas e não representem riscos à segurança do ativo e dos usuários, ainda que existam inconformidades identificadas.
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL	Modalidade de licitação prevista no inciso XXXV do artigo 6º c/c o artigo 52 da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, eleita para a LICITAÇÃO.
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.
CONDIÇÕES DE EFICÁCIA	Condições necessárias a eficácia do CONTRATO, previstas na Cláusula 5.2 do CONTRATO.
CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO	Documentos e respectivas condições observados e apresentados pelos participantes da LICITAÇÃO, relativos à HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA e QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, na forma do EDITAL.
CONRESP	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo.
CONSEMA	Conselho Estadual do Meio Ambiente.
CONSÓRCIO	Associação de sociedades, instituições financeiras, fundos ou entidades com o objetivo de participar da LICITAÇÃO que deverá, em sendo vencedor do certame, constituir-se em SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, segundo as leis brasileiras.
CONSULTA PÚBLICA	Etapa da LICITAÇÃO realizada para divulgação da minuta de EDITAL, do CONTRATO e demais ANEXOS, bem como para o recebimento de sugestões dos interessados.
CONTA CENTRALIZADORA	Conta corrente de titularidade da CONCESSIONÁRIA, com movimentação restrita, disciplinada no ANEXO VIII do CONTRATO.

CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA	Conta corrente de titularidade da CONCESSIONÁRIA, a ser livremente movimentada, observado o disposto no item 7.8 do ANEXO VIII.
CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DO PODER CONCEDENTE	Conta corrente de titularidade do PODER CONCEDENTE, a ser livremente movimentada, observado o disposto no item 7.8 do ANEXO VIII.
CONTA GRÁFICA DE AJUSTE CAMBIAL	Conta onde será consolidado o SALDO A COMPENSAR AJUSTADO de forma a determinar a parte que deverá ser compensada, nos termos do ANEXO IX.
CONTRAPRESTAÇÃO CARRO QUILOMETRO ("CCKM")	É a parcela da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL que visa a remunerar a CONCESSIONÁRIA tendo como referência os quilômetros comerciais por ela percorridos.
CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA	Montante mensal devido pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA a partir do início da FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL dos SERVIÇOS, até o final do PRAZO DA CONCESSÃO, nos termos do ANEXO VIII.
CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA ("CPB")	É o somatório da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1 e 2 e da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL, nos termos do ANEXO VIII.
CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1 ("CPF1")	Valor mensal pago pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA por meio de pagamentos fixos que iniciar-se-ão a partir da FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL, e do atingimento de determinados marcos contratuais, nos termos do ANEXO VIII.
CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 2 ("CPF1")	Valor mensal pago pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA por meio de pagamentos fixos que iniciar-se-ão a partir do início da OPERAÇÃO COMERCIAL, nos termos do ANEXO VIII.
CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 2 MÁXIMA	Valor total máximo, indicado no item 6 do EDITAL, a título de CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 2.
CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL ("CPV")	Valor mensal pago pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA que visa a remunerar os custos e despesas administrativas, de operação e manutenção da CONCESSÃO, entre outros encargos aplicáveis, a partir do início da OPERAÇÃO COMERCIAL nos termos do ANEXO VIII.
CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA Nº 002/2024	Contrato celebrado entre ESTADO DE SÃO PAULO e a concessionária TIC TRENS relativo ao projeto TIC EIXO NORTE.
CONTRATO DE CONTRATO DE CONCESSÃO	O instrumento contratual que figura como minuta no ANEXO III do EDITAL, que tem por objeto a CONCESSÃO para prestação dos SERVIÇOS.
CONTROLADOR(ES)	Pessoa, natural ou jurídica, ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto ou sob controle comum, que exercem o CONTROLE da CONCESSIONÁRIA, direta ou indiretamente, isolada ou conjuntamente.
CONTROLADORA DE	Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem

DADOS PESSOAIS	as decisões referentes ao TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS, na forma da Lei Federal nº 13.709/2018 e da legislação estadual de regência.
CONTROLE	Observados os termos do art. 116 da Lei Federal nº 6.404/76, significa a titularidade de direitos de: a) deter a maioria dos votos nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidade de previdência complementar, conforme o caso; e (b) usar efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidade de previdência complementar.
CONTRU	Coordenadoria de Controle e Uso de Imóveis da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento do Município de São Paulo.
COPESE	Comissão Permanente de Segurança
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas.
CPP	Companhia Paulista de Parcerias
CPTM	Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, sociedade de economia mista, cuja instituição foi autorizada pela Lei Estadual nº 7.681/1992.
CREDENCIAMENTO	Ato que acontece na SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES e que tem como o objetivo a apresentação de documentos de identificação e registro do representante legal da LICITANTE, i.e., o REPRESENTANTE CREDENCIADO.
CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO	Cronograma geral inicial integrante do PROGRAMA DE EXECUÇÃO, a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, contendo: (i) cada um dos EMPREENDIMENTOS indicados nos ANEXOS II.A, II.B, II.C, e II.F; (ii) prazos para a execução de todas as atividades necessárias para execução dos EMPREENDIMENTOS, observado o encadeamento da execução das obras, em relação às interdependências com atividades futuras do CONTRATO; e (iii) datas previstas de início e término de cada atividade, a permitir a verificação e certificação do cumprimento das obrigações, respeitando o limite dos marcos temporais no ANEXO VIII.A.
CRONOGRAMA DE INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	Cronograma previsto na Cláusula 31.3.2 do CONTRATO.
CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO	Trata-se de especificação do CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO. Durante a FASE PRÉ-OPERACIONAL, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar um CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO para cada EMPREENDIMENTO, considerando: (i) os marcos temporais para execução dos EMPREENDIMENTOS, observando as INTERVENÇÕES indicadas no ANEXO II.D, incluindo prazos para execução das atividades necessárias para expressar a sequência lógica de todas as etapas, com interdependência de atividades futuras e datas previstas para início e término de cada atividade antecedente e precedente, a fim de permitir a verificação e certificação do cumprimento das obrigações, respeitando os limites fixados no ANEXO VIII; (ii) o resultado de eventual movimentação dos prazos de execução dos PACOTES DE

		INVESTIMENTOS; e (iii) o resultado de eventuais revisões e adequações, quando assim admitido no CONTRATO e nos ANEXOS.
CVM		Comissão de Valores Mobiliários, criada pela Lei Federal n.º 6.385/1976.
DADO PESSOAL		Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.
DAEE		Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo, atualmente denominado Agência de Águas do Estado de São Paulo - SP Águas.
DATA BASE		Considera-se outubro/2024 como data-base para os valores expressos no EDITAL, no CONTRATO e em seus ANEXOS.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO ou DATA DE ASSINATURA		Data de assinatura do CONTRATO, conforme constar da data da última assinatura eletrônica ao CONTRATO.
DATA DE EFICÁCIA		Data de início do PRAZO DA CONCESSÃO.
DATA ROOM		Endereço eletrônico, no sítio https://app.idealsvdr.com/project/7/Mobilidade_Urbana_SP_-_TIC_Sorocaba_y7b3h/documents/all , em que os interessados poderão obter o EDITAL e seus ANEXOS, bem como outras informações a respeito da LICITAÇÃO.
DD		Decisão de Diretoria.
DECLARAÇÃO DE CONCLUSÃO DE EMPREENDIMENTO	DE	Declaração a ser emitida pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou pelo AUDITOR INDEPENDENTE, a depender do caso, atestado a conclusão de EMPREENDIMENTO pela CONCESSIONÁRIA.
DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA ou DUP	DE	Decreto editado pelo Chefe do Poder Executivo do Estado de São Paulo declarando a utilidade pública das áreas necessárias para a implantação de EMPREENDIMENTOS objeto da presente CONCESSÃO, para fins de desapropriação e/ou servidão administrativa.
DeFau		Departamento de Fauna Silvestre.
DER		Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo.
DESCONTO DE DESEMPENHO	DE	Valor a ser descontado da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA VARIÁVEL em decorrência da avaliação do desempenho da CONCESSIONÁRIA no cumprimento do OBJETO do CONTRATO, nos termos do item 5.3. do ANEXO VIII.
DET		Distorção Eletroacústica Total.
DG		Distribuidor Geral para Cabos Metálicos.
DIN		<i>German Institute for Standardization.</i>
DIRETOR DA SESSÃO		Representante da B3 que conduzirá a SESSÃO PÚBLICA de abertura e julgamento das PROPOSTAS COMERCIAL, em nome da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, segundo os ditames do EDITAL.
DN		Interferência de Drenagem Natural.
DNIT		Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
DO		Distribuidor Geral para Cabos Ópticos.
DOCUMENTOS	DE	Documentos exigidos da LICITANTE durante a LICITAÇÃO, relativos à

HABILITAÇÃO	HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA e QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, conforme definido no EDITAL.
DOE/SP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
DPO	Diretoria de Procedimentos de Outorga e Fiscalização.
EAS	Estudo Ambiental Simplificado.
EDITAL DE LICITAÇÃO ou EDITAL	O Edital de CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL SPI nº 02/2025 e todos os seus ANEXOS.
EIA	Estudo de Impacto Ambiental.
EIV	Estudo de Impacto de Vizinhança.
EMERGÊNCIA	Situação anormal, inesperada e potencialmente perigosa que afeta ou pode afetar a operação segura da ferrovia, colocando em risco a integridade física de passageiros, colaboradores, equipamentos ou instalações.
EMPREENDIMENTOS	Ações de investimento sob a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, compreendendo obras civis (construção, reconstrução, ampliação, reforma e realocação), implantação de SISTEMAS e de infraestrutura, aquisição de MATERIAL RODANTE e de equipamentos, relacionados no ANEXO II.A, no ANEXO II.B, no ANEXO II.C e no ANEXO II.F do CONTRATO, com o objetivo de promover a implantação, requalificação, ampliação, adequação e modernização da infraestrutura dos SERVIÇOS. Compreende ambos os EMPREENDIMENTOS OBRAS e EMPREENDIMENTOS SISTEMAS E MATERIAL RODANTE.
EMPREENDIMENTOS OBRAS	Ações de investimento sob a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, compreendendo obras civis (construção, reconstrução, ampliação, reforma e realocação), implantação de infraestrutura e equipamentos, inclusive relacionadas a VIA PERMANENTE e REDE AÉREA DE TRAÇÃO, conforme previstas no ANEXO II.A e no ANEXO II.B.
EMPREENDIMENTOS SISTEMAS E MATERIAL RODANTE	Ações de investimento sob a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, compreendendo implantação de SISTEMAS e aquisição de MATERIAL RODANTE, conforme previstas no ANEXO II.C e no ANEXO II.F.
EMTU/SP	Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo, gestora do transporte intermunicipal por ônibus na RMSP.
EN	Norma Europeia.
ENCARGOS TRANSFERÍVEIS	INTERVENÇÕES a cargo do PODER CONCEDENTE que poderão ser transferidas à CONCESSIONÁRIA por meio de sua solicitação ou de decisão unilateral do PODER CONCEDENTE, nos termos do CONTRATO.
ENCARREGADO	Pessoa indicada pelo CONTROLADOR DE DADOS PESSOAIS e pelo OPERADOR DE DADOS PESSOAIS para atuar como canal de comunicação entre o CONTROLADOR DE DADOS PESSOAIS, os TITULARES DOS DADOS PESSOAIS e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
ENERGIA	Infraestrutura e sistemas destinados ao fornecimento de energia elétrica.

ENVELOPE	Invólucro opaco, lacrado, inviolado e rubricado no fecho que, a depender de sua especificação, podendo ser A, B C ou D, contém, respectivamente, os documentos de CREDENCIAMENTO, GARANTIA DE PROPOSTA, PROPOSTA COMERCIAL e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO das LICITANTES.
ER	Processo Erosivo.
ERA	<i>European Railway Agency.</i>
ERB	Estação Rádio Base.
ERM	<i>Environmental Resources Management.</i>
ERTMS	<i>European Railway Traffic Management System.</i>
ESIA	Estudo de Impacto Ambiental e Social, a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA em conformidade com o ANEXO IV.A, e submetido ao AUDITOR INDEPENDENTE para APROVAÇÃO.
EST	Disponibilidade de Equipamentos nas Estações. Trata-se de INDICADOR DE DESEMPENHO que visa aferir a disponibilidade dos equipamentos instalados nas estações, bem como os padrões mínimos de operacionalidade.
EST-0xx	Empreendimento de implantação de Estação xx, em que o subscrito xx corresponderá ao número de identificação da estação específica.
ESTAÇÃO ABR, ABR	Estação Água Branca
ESTAÇÃO ALM, ALM	Estação Alumínio, investimento contingente.
ESTAÇÃO AMB, AMB	Estação Amador Bueno
ESTAÇÃO BTB, BTB	Estação Brigadeiro Tobias
ESTAÇÃO CRP, CRP	Estação Carapicuíba
ESTAÇÃO MRQ, MRQ	Estação Mairinque, investimento contingente.
ESTAÇÃO SOR, SOR	Estação Sorocaba
ESTAÇÃO SRQ, SRQ	Estação São Roque
ESTADO	Estado de São Paulo, unidade territorial e administrativa da República Federativa do Brasil.
ESTALEIRO DE TRILHO	Estaleiro de trilhos soldados em longas peças, são estruturas para armazenamento, soldagem e execução desse tipo de trilho, resultando em menor quantidade de junções ao longo da via férrea e apresentando vantagens em termos de assentamento das peças e estabilidade.
ETAPA DE IMPLANTAÇÃO	Etapas em que a CONCESSIONÁRIA deverá realizar os EMPREENDIMENTOS relacionados à IMPLANTAÇÃO do TIC EIXO OESTE, conforme CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO aprovado, nos termos do ANEXO VIII.
ETAPA DE OPERAÇÃO COMERCIAL	Etapas que se inicia com a conclusão da ETAPA DE OPERAÇÃO INICIAL, em que a CONCESSIONÁRIA inicia a OPERAÇÃO COMERCIAL, nos termos do ANEXO III.B.
ETAPA DE OPERAÇÃO INICIAL	Etapas que se inicia com a FASE OPERACIONAL da CONCESSÃO, em que a CONCESSIONÁRIA inicia a OPERAÇÃO do TIC EIXO OESTE em MARCHA BRANCA durante 3 (três) meses, e posteriormente em OPERAÇÃO ASSISTIDA por mais 3 (três) meses, nos termos do ANEXO III.B.

ETAPA DE PRÉ-CONSTRUÇÃO	Etapa com início concomitante ao início da FASE PRÉ-OPERACIONAL, em que a CONCESSIONÁRIA realizará atos preparatórios necessários à implantação dos EMPREENDIMENTOS, nos termos do ANEXO III.B.
ETCS	<i>European Train Control System.</i>
EVENTO CLIMÁTICO	Um evento climático refere-se a qualquer ocorrência ou fenômeno relacionado às condições atmosféricas que afetam uma determinada região e podem ter impactos significativos sobre o meio ambiente, a economia e a sociedade.
EVENTO CLIMÁTICO EXTREMO	Fenômeno atmosférico extremo que possui o potencial de causar danos significativos à vida humana, à infraestrutura, ao meio ambiente e à economia.
EVENTO DE DESEQUILÍBRIO	Evento, ato ou fato que desencadeia o desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO e que enseja a recomposição de seu equilíbrio econômico-financeiro, correspondente ao impacto econômico-financeiro efetivamente suportado pela CONCESSIONÁRIA ou pelo PODER CONCEDENTE.
EVENTO SEGURÁVEL	Evento objeto de cobertura de seguro oferecido no Brasil, à época de sua ocorrência, há pelo menos 2 (dois) anos e por pelo menos 2 (duas) seguradoras.
FAIXA OPERACIONAL	Porção de terreno de largura variável em que se localizam as vias férreas e demais instalações necessárias à operação dos SERVIÇOS, tais como: estações, COMPLEXOS DE MANUTENÇÃO, BASES DE MANUTENÇÃO, PÁTIOS DE ESTACIONAMENTO, subestações e outras estruturas.
FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL	Período que se inicia assinatura do TERMO DE CONCLUSÃO DA IMPLANTAÇÃO, perdura até o encerramento da CONCESSÃO, composta pela ETAPA DE OPERAÇÃO INICIAL e pela ETAPA DE OPERAÇÃO COMERCIAL.
FASE OPERACIONAL	Período da CONCESSÃO no qual a CONCESSIONÁRIA responsabiliza-se pela OPERAÇÃO dos SERVIÇOS. Inicia-se com a assinatura do TERMO DE CONCLUSÃO DA IMPLANTAÇÃO e finda com o termo contratual, conforme detalhado no ANEXO III.B do CONTRATO. É dividida na ETAPA DE OPERAÇÃO INICIAL e na ETAPA DE OPERAÇÃO COMERCIAL.
FASE PRÉ-OPERACIONAL	Período preparatório, no qual a CONCESSIONÁRIA capacita-se para a operação dos SERVIÇOS, conforme detalhado no ANEXO III.B do CONTRATO. A FASE PRÉ-OPERACIONAL tem duração estimada de 7 (sete anos), dividindo-se na ETAPA DE PRÉ CONSTRUÇÃO e na ETAPA DE IMPLANTAÇÃO, sendo encerrada com a expedição do TERMO DE CONCLUSÃO DA IMPLANTAÇÃO.
FATO DO PRÍNCIPE	Medida superveniente e imprevista, tomada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, e que não possua relação direta com o CONTRATO, mas que, produzindo efeitos sobre este, comprovadamente modifica as condições de execução contratual, impactando o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
FATOR DE QUILOMETRAGEM	Fator que corresponde à razão entre a distância entre duas estações e a extensão total do TIC EIXO OESTE, nos termos do ANEXO VIII
FCA	Ficha de Caracterização de Atividade.
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, regulado pela Lei Federal nº

	8.036/1990.
FGV	Fundação Getúlio Vargas.
FICHAS DOS INDICADORES DE DESEMPENHO	Informações previstas no ANEXO III.D para cada INDICADOR DE DESEMPENHO com o detalhamento técnico da forma e frequência de sua apuração.
FINANCIADORES	Bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, agências multilaterais, agências de crédito à exportação, agentes fiduciários, administradores de fundos ou outras entidades que concedam financiamento à CONCESSIONÁRIA ou representem as partes credoras neste financiamento.
FINANCIAMENTO DE LONGO PRAZO	A operação contratada pela CONCESSIONÁRIA, como devedora, para obter recursos de terceiros para a execução de suas obrigações contratuais, cujas obrigações de pagamento do montante principal da dívida tenham prazo médio de vencimento superior a 5 (cinco) anos.
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.
FLUXO DE CAIXA MARGINAL	Metodologia eleita pela Cláusula 22.3.2 do CONTRATO para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO quando da ocorrência de determinados tipos de EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO.
FMEA	<i>Failure Mode and Effects Analysis.</i>
FMECA	Análise Crítica dos Efeitos dos Modos de Falhas.
FUSSP	Fundo Social de São Paulo.
GARANTIA COMPLEMENTAR	Garantia a ser constituída, caso demandado pela CONCESSIONÁRIA, no valor fixo de USD 100.000.000,00 (cem milhões de dólares), equivalente em reais considerando a taxa PTAX do dia útil imediatamente anterior ao da DATA DE ASSINATURA, que serão excutidas em caso de inadimplemento de obrigações financeiras do PODER CONCEDENTE referentes ao pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA.
GARANTIA DE EXECUÇÃO ou GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO	Garantia do fiel cumprimento das obrigações da CONCESSIONÁRIA previstas no CONTRATO, a ser prestada e mantida pela CONCESSIONÁRIA, em favor do PODER CONCEDENTE, nos montantes e nos termos definidos na Cláusula 51.2.2 do CONTRATO.
GARANTIA DE PROPOSTA	Garantia do fiel cumprimento da proposta a ser apresentada pelas LICITANTES, nos termos do EDITAL.
GEE	Gases de Efeito Estufa.
GPS	<i>Global Positioning System.</i>
GRUPO ECONÔMICO	Compõem o GRUPO ECONÔMICO da LICITANTE ou da CONCESSIONÁRIA as sociedades coligadas, controladas ou de simples participação, nos termos dos artigos 1.097 e seguintes do Código Civil e do artigo 243, §1º e §2º, da Lei Federal nº 6.404/76. São, igualmente, considerados como GRUPO ECONÔMICO as empresas ou fundos de investimentos que possuam diretores, administradores, exceto conselheiros de administração, gestores ou acionistas (com mais de 10% (dez por cento) de participação) ou representantes legais comuns, bem como aquelas que dependem econômica ou financeiramente de

	outra empresa ou fundo de investimento. São, também, classificados como GRUPO ECONÔMICO empresas ou fundos de investimento sujeitos a uma mesma estrutura global, incluindo compartilhamento global de conhecimento, governança e política corporativa.
GSM-R	<i>Global System for Mobile Communication – Railway.</i>
HABILITAÇÃO JURÍDICA	Documentação necessária à comprovação da presença das condições jurídicas necessárias para contratação com o PODER CONCEDENTE, estabelecida no Item 13.5 e seguintes do EDITAL.
IAP	Índice de Acidentes com Passageiros. Trata-se de INDICADOR DE DESEMPENHO que objetiva monitorar o nível de segurança operacional levando em consideração ocorrências repentinas, indesejadas ou intencionais.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.
ICPC	Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
IEC	<i>International Electrotechnical Commission.</i>
IFC	<i>International Finance Corporation.</i>
IFC-BIM	<i>Industry Foundation Classes Building Information Modelling</i>
IGS	Indicador Geral de Satisfação do Usuário
IHM	Interface Homem Máquina.
INCIDENTE DE FALHA DE INTEGRIDADE	Condenação da CONCESSIONÁRIA ou de algum de seus diretores, administradores ou gestores, nesta qualidade, em processo administrativo de apuração de responsabilidade, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), do Decreto Federal nº 11.129/2022 e/ou do Decreto Estadual nº 67.301/2022; ou o acolhimento, há mais de 30 (trinta) dias, de (i) denúncia criminal por prática das condutas tipificadas nos arts. 332, 333, 337-F ou nos artigos 337-H a 337-L, todos do Código Penal (Decreto-Lei 2.848/1940); ou (ii) ação civil pública proposta nos termos dos artigos 9º e 10º da Lei Federal nº 8.429/1992, quando acompanhadas de indícios de autoria, de materialidade e de lastro probatório mínimo das condutas que deram origem a tais procedimentos, sem que o prosseguimento de tais ações tenha sido obstado por decisão judicial definitiva ou acautelatória. Somente serão considerados, para fins desta definição, procedimentos em que a parte lesada seja a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Direta ou Indireta, do Estado de São Paulo.
INDICADOR DE QUALIDADE DO SERVIÇO ou IQS	Indicador de Qualidade do Serviço Prestado, que consiste em parâmetro de avaliação da qualidade dos serviços de operação prestados pela CONCESSIONÁRIA, determinado conforme previsto no ANEXO III.D do CONTRATO.
INDICADORES DE DESEMPENHO	Conjunto de parâmetros medidores da qualidade dos SERVIÇOS prestados pela CONCESSIONÁRIA, utilizados para determinar o IQS, conforme detalhado na Cláusula 16.1 do CONTRATO e em seu ANEXO III.D.

ÍNDICE	Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE).
INFRAESTRUTURA A SER CONSTRUÍDA	Trata-se do conjunto de EMPREENDIMENTOS e de INTERVENÇÕES. Refere-se à infraestrutura a ser implantada e construída pela CONCESSIONÁRIA, bem como àquela a ser implantada e construída, indiretamente, pelo PODER CONCEDENTE.
INFRAESTRUTURA DE MANUTENÇÃO	Instalações ferroviárias utilizadas na manutenção e operação de sistemas ferroviários, tais como: pátios de estacionamento e lavadores de trens, complexos de manutenção do MATERIAL RODANTE, bases de manutenção dos SISTEMAS FIXOS, oficina de solda de trilhos, almoxarifados, entre outros.
INFRAESTRUTURA EXISTENTE	Toda a infraestrutura disponibilizada pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA durante a FASE PRÉ-OPERACIONAL, contida na ÁREA DA CONCESSÃO, constante do ANEXO I do CONTRATO, tais como território, vias, estações, edificações, instalações, que serão utilizados, juntamente com a INFRAESTRUTURA A SER CONSTRUÍDA, que for devidamente concluída e incorporada à ÁREA DA CONCESSÃO após o rito de CERTIFICAÇÃO ou APROVAÇÃO e não objeção, na forma do ANEXO II.E.
INFRAESTRUTURA INCORPORADA	Infraestrutura, distinta das INTERVENÇÕES e dos EMPREENDIMENTOS, bem como dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS e dos INVESTIMENTOS CONTINGENTES, que resulte de investimentos na ÁREA DA CONCESSÃO, realizadas pelo PODER CONCEDENTE ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO, direta ou indiretamente, ou por TERCEIROS INTERESSADOS, que viabilizem a expansão ou a melhoria na operação dos SERVIÇOS, ou gerem benefícios aos USUÁRIOS.
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.
INSS	Instituto Nacional da Seguridade Social.
INSTALAÇÕES OPERACIONAIS	Instalações ferroviárias utilizadas na operação de sistemas ferroviários tais como: estações de passageiros, CCO, entre outras.
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	Qualquer instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil ou órgão análogo, quando se tratar de instituição estrangeira, que tenha como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, bem como a custódia de valor de propriedade de terceiros.
INTERFERÊNCIAS	Instalações aéreas, superficiais ou subterrâneas, de utilidades públicas ou privadas, bem como de infraestrutura urbana ou rural, que possam vir a interferir ou sofrer interferência, direta ou indireta, com as atividades a cargo da CONCESSIONÁRIA.
INTERVENÇÕES	São obras civis, equipamentos e sistemas nas estações e infraestruturas ferroviárias cuja implantação é de responsabilidade do PODER CONCEDENTE, conforme definidas no ANEXO II.D que, na DATA DE ASSINATURA, ainda não estiverem concluídas, contemplando: [--].

INVENTÁRIO	Relação dos BENS INTEGRANTES, a ser mantida e atualizada pela CONCESSIONÁRIA durante o PRAZO DA CONCESSÃO.
INVESTIMENTOS ADICIONAIS	Investimentos realizados pela CONCESSIONÁRIA e tidos como necessários para alteração ou expansão dos SERVIÇOS e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e das instalações, inclusive quando necessários à garantia de continuidade, de funcionalidade, de qualidade e de segurança, conforme previsto no artigo 23, inciso V, da LEI DAS CONCESSÕES, que se revelarem relacionados à própria natureza do CONTRATO, quando não se qualifiquem como EMPREENDIMENTOS que, por força do CONTRATO ou de seus ANEXOS, sejam de responsabilidade ou risco da CONCESSIONÁRIA.
INVESTIMENTOS CONTINGENTES	Os investimentos especificados na Cláusula 28.7 do CONTRATO, cuja realização não está atrelada aos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS, cuja inclusão em CONTRATO configura EVENTO DE DESEQUILÍBRIO.
INVESTIMENTOS PERMITIDOS	Investimentos cuja contratação é permitida, para fins de remuneração dos recursos depositados na CONTA CENTRALIZADORA, nos termos do item 7.11. do ANEXO VIII.
IP	Índice de Proteção.
IPAR	Setor de Avaliação Ambiental de Ruídos e Vibrações da CETESB.
IPC/FIPE	Índice de Preços ao Consumidor do Município de São Paulo, medido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo IBGE.
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano, tributo de competência municipal incidente sobre a propriedade de imóvel em área urbana.
ISF	Instrução de Serviço Ferroviário do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.
ISO	<i>International Standard Organization.</i>
ISSQN ou ISS	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, tributo de competência municipal previsto na Lei Complementar nº 116/2003.
IT	Instrução Técnica do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo.
ITP	Intervalo entre Trens Ponderado. Trata-se de INDICADOR DE DESEMPENHO que possui a finalidade aferir regularidade e frequência de trens nas plataformas (<i>headway</i>) por estação, considerando as especificidades de cada SERVIÇO.
IVM	Intertravamento Vital Microprocessado.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
KPI	<i>Key Performance Indicators.</i>
LAVADOR	Pátio com vias férreas eletrificadas ou não, destinada a lavagem de trens e/ou veículos auxiliares.

LDAP	<i>Lightweight Directory Access Protocol.</i>
LE	Lançamento de Efluentes.
LEI DAS CONCESSÕES	Lei Federal nº 8.987/1995, e respectivas alterações e regulamentação.
LEI DAS PPPs	Lei Federal nº 11.079/2004, e respectivas alterações e regulamentação.
LEI DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS	Lei Federal nº 6.404/76 e respectivas alterações e regulamentação.
LEI DE CRIMES AMBIENTAIS	Lei Federal nº 9.605/98 e respectivas alterações e regulamentação.
LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	Lei Federal nº 14.133/2021, e respectivas alterações e regulamentação.
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018).
LI	Licença de Instalação.
LICENÇAS AMBIENTAIS	São as licenças ambientais necessárias para execução do objeto do CONTRATO, conforme disciplinado na Cláusula 46.1.1 do CONTRATO, em seu ANEXO IV.A e em seu ANEXO IV.B, que devam ser obtidas pela CONCESSIONÁRIA, ainda que através do requerimento de licenciamento ambiental conjunto com terceiros, ou que sejam transferidas pelo PODER CONCEDENTE.
LICITAÇÃO	Procedimento administrativo consubstanciado na CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025, para seleção da CONCESSIONÁRIA que executará o objeto da CONCESSÃO.
LICITANTE	Sociedade brasileira ou estrangeira, fundo de investimento e/ou entidade que, isoladamente ou reunida em consórcio, participe da LICITAÇÃO.
LICITANTE VENCEDORA	LICITANTE declarada vencedora da LICITAÇÃO, por ter apresentado a PROPOSTA mais bem classificada e atendido a todas as condições do EDITAL, à qual foi adjudicado o objeto da LICITAÇÃO.
LO	Licença de Operação.
LOA	Lei Orçamentária Anual.
LOD	<i>Level of Development.</i>
LP	Licença Prévia.
MANUAL DE MEDIÇÃO	Documento com a metodologia para medição dos INDICADORES DE DESEMPENHO.
MANUAL DE PROCEDIMENTOS B3	Documento elaborado pela B3, contendo orientações, regras e modelos de documentos para os procedimentos de prestação de GARANTIA DE PROPOSTA, procedimentos operacionais, bem como todos os demais procedimentos pertinentes à realização do certame.
MARCA BRANCA ou OPERAÇÃO EM MARCA BRANCA	Período de 3 (três) meses durante a ETAPA DE OPERAÇÃO INICIAL no qual se realiza a circulação controlada de trens em condições similares às da operação comercial, porém sem o transporte de passageiros pagantes, com o objetivo de testar, validar e ajustar os sistemas, processos operacionais, rotinas de manutenção, protocolos de segurança e desempenho da infraestrutura.

MATERIAL RODANTE	Trens, nas características e quantidades expressas no ANEXO II.F do CONTRATO.
MCBF	<i>Mean Cycle Between Failures.</i>
MDPG	Mensagem Digital Pré Gravadas.
MECANISMO DE MITIGAÇÃO DO RISCO DE RECEITA TARIFÁRIA	Mecanismo de compartilhamento do risco de variação da RECEITA TARIFÁRIA do SERVIÇO EXPRESSO e do SERVIÇO PARADOR, conforme estabelecido no ANEXO VIII.
MECANISMO DE PROTEÇÃO CAMBIAL	Mecanismo aplicável para oferecer proteção cambial de instrumento(s) de financiamento em moeda estrangeira, nos termos do ANEXO IX.
METRÔ	Companhia do Metropolitano de São Paulo S.A., sociedade de economia mista, cuja instituição foi autorizada pela Lei Municipal nº 6.988/1966, do Município de São Paulo, e cujo controle foi adquirido pelo ESTADO em 1978.
MF	Ministério da Fazenda.
MKBF	<i>Mean Kilometer Between Failures.</i>
MP	Depósito Inadequado de Materiais Perigosos.
MPE	<i>Multiphase Extraction.</i>
MRO	Indicador de Confiabilidade de Material Rodante. Trata-se de INDICADOR DE DESEMPENHO com finalidade de monitorar a confiabilidade do MATERIAL RODANTE. É dividido entre MRO1 e MRO2.
MRS	MRS Logística S/A, concessionária federal de transporte ferroviário de cargas da Malha Sudeste.
MTBF	<i>Mean Time Between Failures.</i>
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego.
MTTR	<i>Mean Time to Restore/Recovery.</i>
MULTIPLICADORES DA CONCESSIONÁRIA ou MULTIPLICADORES	Pessoas indicadas pela CONCESSIONÁRIA, vinculadas a ela e/ou ao OPERADOR SUBCONTRATADO, que serão capacitadas, na FASE PRÉ-OPERACIONAL, com a transferência do conhecimento da CPTM a respeito das atividades de operação e de manutenção, e que serão responsáveis pela capacitação do restante do quadro de pessoal técnico da CONCESSIONÁRIA e/ou do OPERADOR SUBCONTRATADO a ser mobilizado para esse fim, nos termos do ANEXO III.B.
NBR	Norma Brasileira da Associação Brasileira de Normas Técnicas.
ND	Nível de Desenvolvimento.
NEGÓCIOS PÚBLICOS	Potenciais ativos ou fontes de geração de receitas adicionais, identificados pelo PODER CONCEDENTE ou pela CONCESSIONÁRIA, que possam ser explorados por meio de quaisquer arranjos jurídicos compatíveis com a legislação pertinente, incluindo estruturas contratuais ou societárias e ferramentas de direito societário e/ou de mercado de capitais, cuja proposição compreenda a participação conjunta entre a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE, e que preveja regras claras sobre a forma de atuação e as responsabilidades dos atores público e privado, além do compartilhamento

		dos riscos envolvidos e das receitas estimadas, observados os requisitos previstos no ANEXO XII.
NFPA		<i>National Fire Protection Association.</i>
NM		Norma Mercosul.
NOTIFICAÇÃO DE APORTE		Notificação a ser emitida pelo PODER CONCEDENTE ou pela CONCESSIONÁRIA para solicitar o pagamento das parcelas de APORTE, nos termos do ANEXO VIII.
NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO	DE	Notificação a ser emitida pela CONCESSIONÁRIA para comunicar a conclusão de determinado PACOTE DE INVESTIMENTOS, nos termos do ANEXO VIII.
NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA INCORPORADA	DE E DE	Notificação encaminhada à CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou ao AUDITOR INDEPENDENTE pelo responsável pela INFRAESTRUTURA INCORPORADA, com cópia para a CONCESSIONÁRIA e para o PODER CONCEDENTE, informando a conclusão da INFRAESTRUTURA INCORPORADA, para fins de vistoria e de emissão de CERTIFICAÇÃO ou APROVAÇÃO.
NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO	DE	Notificação a ser emitida pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou pelo AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, para atestar a CONCLUSÃO SUBSTANCIAL, a CONCLUSÃO PLENA, ou a CONCLUSÃO INSATISFATÓRIA de determinado PACOTE DE INVESTIMENTOS, nos termos do ANEXO VIII.
NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTO	DE	Notificação a ser emitida mensalmente pelo PODER CONCEDENTE para autorizar o pagamento de valores a título de CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, nos termos do ANEXO VIII.
NPS		Nível de Pressão Sonora.
NR		Norma Regulamentadora.
NTN-B		Notas do Tesouro Nacional – Série B, título público com rentabilidade vinculada à variação do IPCA, acrescida de juros definidos no momento da compra.
OAE ou OBRA DE ARTE ESPECIAL		Obra de arte especial a serem implantadas pela CONCESSIONÁRIA, conforme diretrizes estabelecidas no ANEXO II.A.
OBRA DE ARTE CORRENTE		Obra de arte corrente a serem implantadas pela CONCESSIONÁRIA, conforme diretrizes estabelecidas no ANEXO II.A.
OI		Ocupação Informal na Faixa Operacional.
OMS		Organização Mundial da Saúde.
ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO		Valor correspondente a 1,90% (um virgula noventa por cento) da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA, a ser pago mensalmente, a partir do início da OPERAÇÃO COMERCIAL, ao PODER CONCEDENTE ou a órgão ou entidade da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA do ESTADO DE SÃO PAULO que, por força da lei ou decisão do PODER CONCEDENTE, exerça atividades de fiscalização no CONTRATO.
OPERAÇÃO ASSISTIDA		Fase transitória da ETAPA DE OPERAÇÃO INICIAL, com duração de 3 (três) meses, imediatamente posterior à MARCHA BRANCA, na qual há circulação de trens com transporte de passageiros, porém sob condições operacionais controladas e supervisionadas, distintas da ETAPA DE OPERAÇÃO COMERCIAL.

	Durante esse período, o serviço é oferecido com restrições previamente definidas, que podem incluir horários reduzidos, intervalos ampliados, número limitado de composições em operação.
OPERAÇÃO COMERCIAL ou FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL	Operação da LINHA em que a CONCESSIONÁRIA é responsável pela prestação dos SERVIÇOS, passando a auferir a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA e é cobrada a TARIFA, nos termos do ANEXO VIII.
OPERAÇÃO NORMAL	Conceito definido no ANEXO III.D, definido como o estado de funcionamento da operação ferroviária de transporte de passageiros no qual todas as atividades ocorrem em conformidade com as condições pré-estabelecidas para eficiência, segurança e conforto e, portanto.
OPERADOR SUBCONTRATADO	Empresa contratada pela CONCESSIONÁRIA, detentora da atestação técnica exigida no Item 17.5, (iv), do EDITAL, para exercer a supervisão técnica da operação, ou mesmo a própria operação, sem qualquer prejuízo da responsabilidade integral da CONCESSIONÁRIA pela prestação dos SERVIÇOS, na forma do art. 25, §1º, da LEI DAS CONCESSÕES.
OPERADORA DE DADOS PESSOAIS	Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS em nome do CONTROLADOR DE DADOS PESSOAIS.
OPEX	<i>Operational Expenditure</i> (despesas operacionais).
ORDEM DE SUSPENSÃO DA OPERAÇÃO COMERCIAL	Documentos a ser emitido pelo AUDITOR INDEPENDENTE, determinando a suspensão da OPERAÇÃO COMERCIAL por inadimplemento das condições específicas da CONCESSIONÁRIA.
OT	Outros.
OUTRAS CONCESSIONÁRIAS	Empresas de transporte ferroviário de passageiros e cargas que operam na malha ferroviária do Estado de São Paulo e/ou utilizam infraestruturas de manutenção e/ou operação compartilhadas.
PAB	Painel de Alimentação de Bloqueio.
PAC	Painel de Alimentação do Carregador de Bateria.
PACOTE DE INVESTIMENTOS	Conjunto de investimentos listados no ANEXO VIII.A cuja certificação da CONCLUSÃO SUBSTANCIAL ou da CONCLUSÃO PLENA pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou pelo AUDITOR INDEPENDENTE, conforme o caso, gerará o direito de recebimento da respectiva parcela da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA.
PADRÕES DE DESEMPENHO ou PD	Padrões de Desempenho Sobre Sustentabilidade Socioambiental da IFC de 1º de janeiro de 2012, disponíveis em http://www.ifc.org/performancestandards e as Notas de Orientação que os acompanham.
PAESE	Plano de Assistência entre Empresas em Situação de Emergência, convênio de cooperação operacional firmado entre as empresas de transporte.
PAH	Hidrocarbonetos Policíclicos Aromáticos.
PARÂMETROS DE LOTAÇÃO MÉDIA	Limites de ocupação média dos trens em operação comercial, baseados na proporção entre passageiros transportados e assentos disponibilizados.

PARTES	PODER CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA.
PARTES RELACIONADAS	Qualquer pessoa física ou jurídica que integre o GRUPO ECONÔMICO da CONCESSIONÁRIA, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis vigentes, não sendo incluído, em qualquer caso, o OPERADOR SUBCONTRATADO.
PARTICIPANTE CREDENCIADA	Sociedade corretora habilitada pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, devidamente autorizada a operar na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), que, a critério da(s) LICITANTE(S), poderá ser contratada para representá-la(s) em todos os atos relacionados à LICITAÇÃO junto à B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), conforme o MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3.
PASSAGEIRO	Pessoa natural beneficiária do serviço público do transporte ferroviário do TIC EIXO OESTE.
PASSAGEIRO GRATUITO	PASSAGEIRO que seja beneficiado, por norma vigente ou ato da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, por isenção do pagamento da TARIFA, para acesso ao SISTEMA METROFERROVIÁRIO.
PASSAGEIRO PAGANTE	PASSAGEIRO que efetivamente pague a TARIFA, no valor integral ou com redução tarifária, para acesso ao SISTEMA METROFERROVIÁRIO.
PASSAGEIROS TRANSPORTADOS	A soma do total dos PASSAGEIROS PAGANTES, PASSAGEIROS GRATUITOS e de TRANSFERÊNCIAS, que utilizam efetivamente os SERVIÇOS.
PASSAGEM INFERIOR E SUPERIOR	Infraestrutura a ser implementada pela CONCESSIONÁRIA para passagem dos USUÁRIOS por cima e/ou em nível, conforme diretrizes estabelecidas no ANEXO II.A.
PASSARELA	Infraestrutura a ser implementada pela CONCESSIONÁRIA para passagem dos USUÁRIOS, conforme diretrizes estabelecidas no ANEXO II.A.
PASSIVO AMBIENTAL ou PASSIVOS AMBIENTAIS	Significa o conjunto de não conformidades ambientais na ÁREA DA CONCESSÃO, em relação à legislação ou ao licenciamento ambiental a que estão sujeitas.
PÁTIOS DE ESTACIONAMENTO	Área com vias férreas eletrificadas ou não, destinada ao estacionamento de trens e/ou veículos auxiliares.
PBA	Projeto Básico Ambiental.
PCB	Bifenilas Policloradas.
PCD	Pessoa com Deficiência.
PCL	Posto de Controle Local.
PEMC	Política Estadual de Mudanças Climáticas, instituída pela Lei nº 13.798, de 09/11/2009.
PERÍODO DE PICO	Período definido como os horários correspondentes aos 240 (duzentos e quarenta) minutos consecutivos com maior demanda no período da manhã em dias úteis e 240 (duzentos e quarenta) minutos consecutivos com maior demanda no período da tarde em dias úteis, durante os quais a lotação máxima prevista no item 7.5.1.1. do ANEXO III.A será admitida. Os PERÍODOS

	DE PICO terão seu horário de início e término aferidos mensalmente, em até 10 (dez) dias após o primeiro dia de cada mês calendário, com base na demanda de carregamento do mês anterior.
PERÍODO DE VALE	Horários não compreendidos pelos PERÍODOS DE PICO.
PESS	Painel Essencial.
PIS	Contribuição do Programa de Integração Social.
PITU RMSP 2025	Plano Integrado de Transportes Urbanos da Região Metropolitana de São Paulo.
PL	Painel de Luz.
PLANEJAMENTO TARIFÁRIO	Documento a ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA para aprovação pela ARTESP, referente ao seu planejamento diante de eventual variação tarifária em razão da aplicação de descontos ou dos tipos de serviços ofertados.
PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS	Documento a ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA no prazo estipulado na Cláusula 7 do CONTRATO, e, a partir de então, atualizado semestralmente, no qual a CONCESSIONÁRIA apresentará os projetos para a exploração de todas as RECEITAS ACESSÓRIAS por ela vislumbradas, nos termos do ANEXO XII.
PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado no prazo fixado na Cláusula 7 do CONTRATO, de forma compatível com o ANEXO IV.A do CONTRATO.
PLANO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL RODANTE	Documento integrante do PLANO DE INVESTIMENTOS, a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, o qual conterá especificações técnicas, cronograma detalhado da aquisição de MATERIAL RODANTE, contemplando todas as etapas de projeto, fabricação, testes e disponibilidade para operação, observado o ANEXO II.F do CONTRATO.
PLANO DE ATENDIMENTO AO PASSAGEIRO	Documento integrante dos PLANOS OPERACIONAIS, a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, contendo os métodos e estratégias para o adequado atendimento aos PASSAGEIROS, conforme descrito no ANEXO III.A do CONTRATO.
PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado no prazo fixado na Cláusula 66.2 do CONTRATO, que deverá descrever o processo de desmobilização dos SERVIÇOS ao final da CONCESSÃO, atendendo ao conteúdo mínimo estabelecido no ANEXO III.F do CONTRATO, com o objetivo de viabilizar a reversão dos BENS INTEGRANTES e garantir a contínua e adequada prestação dos SERVIÇOS.
PLANO DE ENGAJAMENTO COM PARTES INTERESSADAS ou PEPI	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado no prazo fixado na Cláusula 71.3 do CONTRATO, componente do SGSSAS, de forma compatível com o ANEXO IV.B do CONTRATO.
PLANO DE FINANCIAMENTO DO APORTE	Plano a ser apresentado pelo PODER CONCEDENTE, que deverá conter, dados sobre as fontes de recursos para pagamento do APORTE a serem utilizadas pelo PODER CONCEDENTE, incluindo os montantes financeiros previstos para cada fonte de recurso.

PLANO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTINGÊNCIAS	DE	Documento integrante dos PLANOS OPERACIONAIS, a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, em observância ao ANEXO III.A do CONTRATO, no qual deverão ser descritos os métodos e estratégias de gestão de riscos e contingências relacionados à CONCESSÃO.
PLANO DE GERENCIAMENTO DE SAÚDE E SEGURANÇA DA COMUNIDADE	DE	Trata-se de PLANO não componente do SGSSAS a ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA que deverá considerar riscos e impactos adversos na comunidade, conforme descrito no ANEXO IV.A.
PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL		Documento integrante do SGSSAS, compostos por um conjunto de programas de gestão, incluindo medidas e ações de prevenção, mitigação, melhoria e monitoramento de desempenho, que contemplem os riscos e impactos de saúde, segurança, meio ambiente e aspectos sociais decorrentes de todas as atividades da CONCESSIONÁRIA.
PLANO DE INVESTIMENTOS	DE	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado na ETAPA DE PRÉ-CONSTRUÇÃO da FASE PRÉ-OPERACIONAL, contemplando as exigências constantes da Cláusula 7.1.2 do CONTRATO e com o detalhamento (i) dos EMPREENDIMENTOS citados no ANEXO II, e (ii) dos itens e dos PACOTES DE INVESTIMENTOS dispostos no ANEXO VIII. Por fim, o PLANO DE INVESTIMENTOS também deverá conter: (i) PROGRAMA DE EXECUÇÃO e CRONOGRAMAS DE IMPLANTAÇÃO; e (ii) PLANO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL RODANTE.
PLANO DE MONITORAMENTO, PREVENÇÃO E CONTENÇÃO DE EVASÃO DE RECEITA	DE	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, integrante dos PLANOS OPERACIONAIS, em observância ao ANEXO III.A do CONTRATO. Deverá indicar os procedimentos operacionais que serão adotados pela CONCESSIONÁRIA, considerando as diretrizes mínimas propostas no ANEXO III.A, para mitigação do risco de evasão do pagamento da TARIFA.
PLANO DE OFERTA DE LUGARES		Documento integrante dos PLANOS OPERACIONAIS, a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, no qual ela deverá descrever os métodos e estratégias a serem adotados para assegurar o adequado transporte dos PASSAGEIROS, observado o disposto no ANEXO III.A do CONTRATO.
PLANO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO		Documento que estabelece o planejamento das atividades para a execução, controle e garantia de qualidade dos SERVIÇOS.
PLANO DE OPERAÇÃO INICIAL		Documento que estabelece o planejamento das atividades necessárias para a transição entre a FASE DE IMPLANTAÇÃO e o início da FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL do sistema. Deve incluir os testes e ensaios para o início das operações em MODO NORMAL, os testes e ensaios em MODO DEGRADADO, e a realização da MARCHA BRANCA, conforme os protocolos definidos, com o objetivo de validar a funcionalidade, a segurança e a prontidão operacional do sistema como um todo.
PLANO DE SEGURANÇA OPERACIONAL		Documento integrante dos PLANOS OPERACIONAIS, a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, no qual deverão ser descritos os métodos e estratégias que garantam uma operação segura aos PASSAGEIROS, transeuntes lindeiros à

	ferrovia, empregados e colaboradores da CONCESSIONÁRIA, em observância ao descrito no ANEXO III.A do CONTRATO.
PLANO DE SEGUROS	Documento integrante dos PLANOS OPERACIONAIS, a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado na FASE PRÉ-OPERACIONAL, conforme previsto na Cláusula 7.1.1 do CONTRATO, no qual deverão ser descritos todos os seguros a serem obtidos e mantidos pela CONCESSIONÁRIA para a prestação dos SERVIÇOS, contemplando, no mínimo, os seguros obrigatórios exigidos na Cláusula 48.3 do CONTRATO.
PLANO ESPECÍFICO DE DESAPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA, SERVIDÃO E REASSENTAMENTO ou PE-DOTSR	Documento a ser elaborado e apresentado anualmente pela CONCESSIONÁRIA e conforme previsto respectivamente nas Cláusulas 7.1.3 e CAPÍTULO XVI do CONTRATO, bem como nos termos do ANEXO IV.A, especialmente seu Apenso 3, observadas as demais condições previstas no CONTRATO.
PLANO GERAL DE DESAPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA, SERVIDÃO E REASSENTAMENTO ou PG-DOTSR	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e apresentado, na FASE PRÉ-OPERACIONAL, conforme previsto respectivamente na Cláusula 7.1.4 e no CAPÍTULO XVI do CONTRATO, bem como nos termos do ANEXO IV.A, especialmente seu Apenso 3, observadas as demais condições previstas no CONTRATO.
PLANO PLURIANUAL DO MATERIAL RODANTE ou PPMR	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA a partir do 5º (quinto) ano contratual contendo as características da frota operacional, o planejamento operacional previsto e o diagnóstico das condições existentes, conforme diretrizes do ANEXO II.F.
PLANOS	Conjuntamente, os planos a serem apresentados pela CONCESSIONÁRIA, quais sejam: i) PLANOS OPERACIONAIS , contendo: a) PLANO DE OFERTA DE LUGARES, b) PLANO DE ATENDIMENTO AO PASSAGEIRO, c) PLANO DE SEGURANÇA OPERACIONAL, d) PLANO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTINGÊNCIAS, e) PLANO DE SEGUROS, e f) PLANO DE MONITORAMENTO, PREVENÇÃO E CONTENÇÃO DE EVASÃO DE RECEITA; ii) PLANOS DE MANUTENÇÃO ; (iii) PLANO DE INVESTIMENTOS , contendo a) PROGRAMA DE EXECUÇÃO e CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO; e b) PLANO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL RODANTE; (iv) PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO ; (v) PLANO COMERCIAL DE RECEITAS ACESSÓRIAS ; (vi) PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA ; (vii) PLANO DE TRANSFERÊNCIA OPERACIONAL ; (viii) ESIA ; (ix) PLANO GERAL DE DESAPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA, SERVIDÃO E REASSENTAMENTO ; (x) PLANOS ESPECÍFICOS DE DESAPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA, SERVIDÃO E REASSENTAMENTO ; (xi) SGSSAS , contendo: a) PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL; e b) PLANO DE ENGAJAMENTO COM PARTES INTERESSADAS; (xii) PLANO DE GERENCIAMENTO DE SAÚDE E SEGURANÇA DA COMUNIDADE ; (xiii) PLANO PLURIANUAL DO MATERIAL RODANTE (PPMR) .

PLANOS DE MANUTENÇÃO	Documentos a serem elaborados pela CONCESSIONÁRIA contendo a objetivo, metas, descrição, periodicidade, roteiros e procedimentos, listagem dos recursos humanos e materiais necessários às manutenções dos bens integrantes da CONCESSÃO.
PLANOS OPERACIONAIS	Conjuntamente, os planos a serem apresentados pela CONCESSIONÁRIA visando a prestação do SERVIÇO ADEQUADO, em observância ao ANEXO III.A do CONTRATO, contemplando: (i) PLANO DE OFERTA DE LUGARES; (ii) PLANO DE ATENDIMENTO AO PASSAGEIRO; (iii) PLANO DE SEGURANÇA OPERACIONAL; (iv) PLANO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTINGÊNCIAS; (v) PLANO DE SEGUROS; e (vi) PLANO DE MONITORAMENTO, PREVENÇÃO E CONTENÇÃO DE EVASÃO DE RECEITA.
PMV	Painel de Mensagens Variáveis.
PODER CONCEDENTE	O ESTADO DE SÃO PAULO, representado pela SPI.
POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	Documento a ser elaborado e aprovado pelos órgãos de administração da CONCESSIONÁRIA, publicado e implantado no prazo fixado na Cláusula 31.8 do CONTRATO, que deverá conter as regras e condições para a realização de transações entre a CONCESSIONÁRIA e suas PARTES RELACIONADAS, nos termos do CONTRATO, especialmente as Cláusulas 31.8 do CONTRATO.
PON-0xx	Empreendimento de implantação de Ponte [•], em que o subscrito [•] corresponderá ao número de identificação da ponte específica
POT	Programação de Oferta de Trens.
PPI-SP	Programa de Parceiras em Investimento do Estado de São Paulo.
PPP	Parceria Público-Privada.
PRAZO DA CONCESSÃO	O prazo de 30 (trinta) anos, contado a partir do início da FASE PRÉ-OPERACIONAL.
PREÇO UNITÁRIO CARRO KM ("PUKM")	Preço unitário do quilômetro percorrido por um carro, equivalente a R\$ [•] ([•]) conforme a PROPOSTA COMERCIAL VENCEDORA, na DATA BASE.
PREÇO UNITÁRIO CARRO KM MÁXIMO	Valor total máximo, indicado no item 6 do EDITAL, a título de PREÇO UNITÁRIO CARRO KM MÁXIMO.
PRINCIPAL	Valor inicial da dívida, que será amortizado ao longo do prazo do financiamento.
PRINCIPAL MÁXIMO	Valor máximo de PRINCIPAL que será considerado aplicável para o MECANISMO DE PROTEÇÃO CAMBIAL
PROFISSIONAL QUALIFICADO	Pessoa física que cumpra os requisitos previstos no EDITAL relativos à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA para contratação com o PODER CONCEDENTE, nos termos do EDITAL.
PROGRAMA DE CONFORMIDADE (COMPLIANCE)	Documento a ser elaborado e, após avaliação e decisão pela não objeção por parte do PODER CONCEDENTE, implementado pela CONCESSIONÁRIA, no prazo referido na Cláusula 33.1 do CONTRATO, contemplando mecanismos e procedimentos internos com regras de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades, aplicação efetiva de códigos de ética e de

		conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, nos termos descritos na Cláusula 33 do CONTRATO.
PROGRAMA DE EXECUÇÃO	DE	Documento integrante do PLANO DE INVESTIMENTOS, a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, que deverá conter descrição detalhada das atividades relacionadas às ações e à programação de execução de cada um dos EMPREENDIMENTOS previstos nos ANEXOS II.A, II.B, II.C, e II.F do CONTRATO, incluindo informações das atividades e procedimentos técnico-administrativos e de segurança, bem como a previsão de liberação de áreas para a desapropriação, de forma compatível com o PLANO GERAL DE DESAPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA, SERVIDÃO E REASSENTAMENTO, o PLANO ESPECÍFICO DE DESAPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA, SERVIDÃO E REASSENTAMENTO, observados os termos do ANEXO IV.A, especialmente seu Apenso 3, observadas as demais condições previstas no CONTRATO.
PROGRAMA DE PRIVACIDADE DE DADOS	DE	Programa a ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA, que tratará do TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS e deverá ter o conteúdo mínimo descrito na Cláusula 39.3.1 do CONTRATO.
PROGRAMAS DE CONVIVÊNCIA	DE	Programas que têm como base os cronogramas das contratadas da CPTM e das demais concessionárias do sistema Metroferroviário, tendo por objeto as atividades relacionadas a obras civis e sistemas a serem desenvolvidas em áreas operacionais, assim como os testes de comissionamento e os repasses operacionais e de manutenção.
PROJETO BÁSICO		Documento que integra o PROGRAMA DE EXECUÇÃO e corresponde a um conjunto de elementos que, sem limitar ou afastar os demais riscos alocados à CONCESSIONÁRIA, permitem a caracterização da obra, do serviço ou do complexo de obras e serviços que compõem cada EMPREENDIMENTO, de tal modo que suas características básicas e desempenho almejado estejam definidos, detalhando custos e prazos de execução. A elaboração, a apresentação e a aprovação dos PROJETOS BÁSICOS deverão observar a legislação pertinente e os termos dos ANEXOS do CONTRATO.
PROJETO CONCEITUAL /REFERENCIAL		Anteprojeto de engenharia composto de elementos e documentos técnicos sugestivos para consideração pela CONCESSIONÁRIA, constituído por memoriais descritivos suficientes para compreensão da viabilidade e funcionalidade do projeto, com base em levantamentos técnicos e cadastrais. O PROJETO CONCEITUAL/REFERENCIAL será utilizado como base de referência para os projetos apresentados pela CONCESSIONÁRIA. O PROJETO CONCEITUAL/REFERENCIAL consta no DATA ROOM.
PROJETO EXECUTIVO		Documento que integra o PROGRAMA DE EXECUÇÃO e corresponde ao conjunto dos elementos tidos como necessários e suficientes à execução completa de cada EMPREENDIMENTO. A elaboração, a apresentação e aprovação dos PROJETOS EXECUTIVOS deverão observar os termos dos

	ANEXOS do CONTRATO.
PROJETO TIC EIXO NORTE	Projeto associado à Concorrência Internacionall nº 01/2021 (Processo SPI Nº 1040923/2021) referente ao Trem Intercidades – Eixo Norte.
PROPOSTA COMERCIAL	Proposta apresentada pela LICITANTE contendo desconto percentual a ser aplicado sobre a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA, conforme regramento do EDITAL.
PROPOSTA COMERCIAL VENCEDORA	PROPOSTA COMERCIAL na qual foi apresentado o maior desconto percentual a ser aplicado sobre a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA apresentada pela LICITANTE VENCEDORA, que se sagrou vencedora da LICITAÇÃO.
PROPOSTA ou PROPOSTAS	Conjunto de documentos entregues pela LICITANTE para participação na LICITAÇÃO.
PROTOCOLOS DE TESTES DE MARCHA BRANCA	Protocolos e que estabelecem as condições, critérios e procedimentos para a realização dos testes de MARCHA BRANCA, assegurando a padronização e a rastreabilidade dos resultados.
PSR-0xx	Empreendimento de implantação de Passarela xx, em que o subscrito xx corresponderá ao número de identificação da passarela específica
QDCC	Quadro de Distribuição de Corrente Continua.
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	Documentação estabelecida no EDITAL para comprovação das condições econômico-financeiras exigidas para contratação com o PODER CONCEDENTE.
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	Documentação estabelecida no EDITAL para comprovação das condições técnicas exigidas para contratação com o PODER CONCEDENTE.
RADIUS	<i>Remote Authentication Dial-In User Service.</i>
RAMS	<i>Reliability, Availability, Maintainability and Safety.</i>
RAP	Relatório Ambiental Preliminar.
RE	Disposição Irregular de Resíduos.
RECEITA DO SERVIÇO EXPRESSO	TARIFA decorrente da prestação do SERVIÇO EXPRESSO.
RECEITA DO SERVIÇO PARADOR	TARIFA decorrente da prestação do SERVIÇO PARADOR.
RECEITA TARIFÁRIA	Receitas auferidas pela CONCESSIONÁRIA, pela cobrança de TARIFA para utilização do SERVIÇO EXPRESSO ou SERVIÇO PARADOR paga pelo PASSAGEIRO PAGANTE.
RECEITAS ACESSÓRIAS	Receitas auferidas direta ou indiretamente pela CONCESSIONÁRIA, por meio da exploração ou execução de serviços acessórios, alternativos ou complementares ao objeto principal da CONCESSÃO, não incluindo as decorrentes de NEGÓCIOS PÚBLICOS, mas incluindo aquelas decorrentes: (i) da exploração comercial ou locação/cessão de espaços comerciais; (ii) da exploração de SERVIÇO COMPLEMENTAR; e (iii) da exploração das demais atividades listadas no ANEXO XII.
REDE AÉREA DE TRAÇÃO	Equipamentos e elementos formados por catenárias, fio de contato,

ou RAE	postamentos, cabeamentos e demais instalações responsáveis pelo suprimento de energia elétrica de tração dos trens.
REEMBOLSO DE TRIBUTOS RELATIVOS AO OPERADOR SUBCONTRATADO	Valor a ser reembolsado à CONCESSIONÁRIA no âmbito do cômputo da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA pelo recolhimento de tributos incidentes sobre atividades desempenhadas conforme o regramento aplicável ao OPERADOR SUBCONTRATADO, nos termos do CONTRATO e do ANEXO VIII.
REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA	Atributo decorrente da inexistência de pendências relacionadas às obrigações fiscais e trabalhistas cuja regularidade é exigida, na forma do EDITAL, para contratação com o PODER CONCEDENTE.
REIDI	Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, benefício fiscal instituído pela Lei Federal nº 11.488/2007.
RELATÓRIO DE DESEMPENHO	Relatório a ser elaborado pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE e enviado ao PODER CONCEDENTE e à CONCESSIONÁRIA, com o resultado da aferição dos INDICADORES DE DESEMPENHO e do IQS durante a FASE PRÉ-OPERACIONAL, conforme ANEXO III.D.
RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DE RISCOS CLIMÁTICOS	Documento a ser apresentado anualmente pela CONCESSIONÁRIA com dados necessários para o monitoramento contínuo da área de influência da LINHA, conforme estabelecido no CONTRATO e seus ANEXOS.
RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO	Relatório, a ser elaborado pelo AUDITOR INDEPENDENTE nos termos do procedimento descrito no ANEXO III.F, que deverá apontar eventuais divergências entre o estado de conservação e quantitativos dos ativos que compõem a INFRAESTRUTURA EXISTENTE, conforme indicado nos ANEXOS, CONTRATO e no DATA-ROOM, frente a seu estado real, bem como os PASSIVOS AMBIENTAIS identificados na ÁREA DA CONCESSÃO e na infraestrutura arrolada no ANEXO I, Partes I e II, desde que tais PASSIVOS AMBIENTAIS não tenham sido indicados no ANEXO IV.B.
REMUNERAÇÃO	Compreende, para fins do CONTRATO, o somatório da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, do APORTE, RECEITA TARIFÁRIA e das RECEITAS ACESSÓRIAS.
REPRESENTANTE CREDENCIADO	Pessoa natural nomeada pela LICITANTE para atuar em seu nome durante a condução da LICITAÇÃO.
REQUISITOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DA IFC ou REQUISITOS AS DA IFC	As Diretrizes Gerais de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Grupo do Banco Mundial (GBM)/IFC e Diretrizes Específicas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do GBM/IFC para projetos de ferrovias (ambas elaboradas em abril de 2007 e disponíveis em https://www.ifc.org/en/insights-reports/2000/general-environmental-health-and-safety-guidelines), conforme aplicáveis. Os requisitos ambientais e sociais aplicáveis da IFC e GBM.
RESPONSÁVEL TÉCNICO	Pessoa física indicada pela CONCESSIONÁRIA, com vínculo direto ou indireto com a CONCESSIONÁRIA, com poderes para representá-la perante a fiscalização do PODER CONCEDENTE.
RESULTADO DEFINITIVO DA LICITAÇÃO	Resultado definitivo da LICITAÇÃO, após o recebimento e julgamento de eventuais recursos.

RESULTADO PRELIMINAR DA LICITAÇÃO	Resultado preliminar da LICITAÇÃO, antes do recebimento e julgamento de eventuais recursos.
REVISÃO EXTRAORDINÁRIA	Revisão do CONTRATO, realizada a pedido da CONCESSIONÁRIA ou por ato de ofício do PODER CONCEDENTE, a fim de ajustar o CONTRATO em face da materialização concreta ou iminente de evento cujas consequências sejam suficientemente gravosas a ponto de ensejar a necessidade de avaliação e providências urgentes, nos termos da Cláusula 25 do CONTRATO.
REVISÃO ORDINÁRIA	Revisão do CONTRATO, realizada quinquenalmente, a partir da assinatura do TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE, nos termos da Cláusula 25 do CONTRATO.
RG	Registro Geral ou Carteira de Identidade Nacional.
RGS	Requisitos Gerais de Segurança.
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental.
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo.
RRA	Relatório de Regularização Ambiental.
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.
SAF	Subestação Auxiliar
SALDO A COMPENSAR AJUSTADO	Saldo que será devido pela CONCESSIONÁRIA ou PODER CONCEDENTE no âmbito do MECANISMO DE PROTEÇÃO CAMBIAL, nos termos do ANEXO IX.
SCA	Sistema de Controle de Acesso.
SCADA	<i>Supervisory Control and Data Acquisition.</i>
SCAP	Sistema de Controle e Arrecadação de Passageiros, operado pelo METRÔ.
SCC	Sistema de Controle Centralizado de Tráfego.
SCDE	Sistema de Coleta de Dados de Energia.
SCE	Sistema de Controle de Energia.
SCL	Sistema de Controle Local.
SE	Solo Exposto.
SE	Subestação Elétrica.
SEA	Subestação Alimentadora
SEM PASSAGEIROS	Circulação dos trens sem o transporte de passageiros, utilizada em testes, movimentações técnicas ou operações de treinamento.
SEMIL	Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo.
SERHS	Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento e do Meio Ambiente.
SERVIÇO EXECUTIVO	SERVIÇO opcional a ser ofertado pela CONCESSIONÁRIA, com padrão de conforto diferenciado nos termos do ANEXO VIII.
SERVIÇO ADEQUADO	Prestação dos SERVIÇOS que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, efetividade, segurança, atualidade, generalidade, transparência e cortesia na sua prestação, dentro dos melhores parâmetros de qualidade, valendo-se de todos os meios e recursos para sua execução, observando os padrões e procedimentos estabelecidos no CONTRATO,

	aqueles determinados pelo PODER CONCEDENTE, e os termos da legislação e regulamentação vigentes, especialmente o artigo 6º da LEI DAS CONCESSÕES, o artigo 4º da Lei Federal nº 13.460/2017 e o artigo 17 da Lei Estadual nº 7.835/1992.
SERVIÇO COMPLEMENTAR	Serviço considerado conveniente, mas não essencial, à prestação do SERVIÇO ADEQUADO nos SERVIÇOS, que poderá ser explorado pela CONCESSIONÁRIA nos termos previstos no CONTRATO.
SERVIÇO DA DÍVIDA	Contempla a somatória do PRINCIPAL e dos JUROS para determinado período, nos termos do ANEXO IX.
SERVIÇO EXPRESSO	Serviço de transporte ferroviário intermunicipal de passageiros, de caráter expresso, ligando as estações Sorocaba e Água Branca, conforme dados constantes dos ANEXOS I, II e III do CONTRATO.
SERVIÇO PADRÃO	SERVIÇO obrigatório a ser ofertado pela CONCESSIONÁRIA, nas condições de oferta e conforto descritas nos ANEXOS III.A e III.B.
SERVIÇO PARADOR	Serviço de transporte ferroviário intermunicipal de passageiros, ligando as estações Sorocaba e Água Branca, com paradas intermediárias nas estações Brigadeiro Tobias, São Roque, Amador Bueno e Carapicuíba, conforme dados constantes dos ANEXOS I, II e III do CONTRATO.
SERVIÇOS ou SERVIÇO CONCEDIDO	Conjuntamente, os serviços públicos de transporte ferroviário de passageiros que se utilizam da infraestrutura da LINHA TIC EIXO OESTE. Um serviço é caracterizado por duas estações terminais, pelas estações intermediárias por ele atendidas e uma grade horária específica ao longo do dia.
SESSÃO PÚBLICA	Referente à SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES e SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS.
SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS	Evento a ser realizado na sede da B3, com data e hora estipulados no EDITAL, para abertura do ENVELOPE C das LICITANTES cujas GARANTIAS DE PROPOSTA tenham sido declaradas regulares pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO e classificação das PROPOSTAS COMERCIAIS conforme critério maior desconto percentual a ser aplicado sobre a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA BRUTA a ser paga pelo PODER CONCEDENTE.
SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES	Evento a ser realizado na sede da B3, com data e hora estipulados no EDITAL, para (i) depósito dos ENVELOPES A, B, C e D pelas LICITANTES perante a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, (ii) abertura do ENVELOPE B – GARANTIA DE PROPOSTA e (ii) CREDENCIAMENTO das LICITANTES.
SET	Subestação de Tração
SFP	Sistema de Fluxo de Passageiros.
SFPE	<i>Society of Fire Protection Engineers.</i>
SGC ou SISTEMA DE GESTÃO	Sistema de Gestão Central.
SGSSAS	Sistema de Gestão de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Social incluindo (i) política socioambiental da CONCESSIONÁRIA; (ii) plano de desenvolvimento da capacidade organizacional da CONCESSIONÁRIA; (iii) PLANO DE GESTÃO

	AMBIENTAL E SOCIAL; e (iv) PLANO DE ENGAJAMENTO COM PARTES INTERESSADAS.
SIGO	Sistema Informatizado de Gestão de Operação, disciplinado no ANEXO III.A.
SIL	<i>Safety Integrity Level.</i>
SIMULAÇÃO DE OPERAÇÃO EM MARCHA BRANCA	Execução de procedimentos operacionais completos, com trens circulando sem passageiros, para simular o regime normal de operação e validar o desempenho dos sistemas.
SIN-IXLx	Empreendimento de implantação de sinalizaçãono domínio x.
SIRGAS 2000	Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas.
SISTEMA	Conjunto de sistemas necessários para a adequada operação da LINHA, contemplando, mas não se limitando, o seguinte: (i) SCT - Sistema de Controle de Tráfego; (ii) SME - Sistema de Monitoração Eletrônica; (iii) SMV - Sistema de Monitoramento de Via; (iv) SPU - Sistema de Proteção de Sobrepasse; (v) SSC - Sistema de Sinalização e Controle; (vi) SSE - Sistema de Sonorização de Estação; (vii) STD - Sistema de Transmissão de Dados; (viii) STO - Sistema de Transmissão Óptico; (ix) SAL - Sistemas de Alimentação Elétrica; (x) SCF - Sistema de Comunicações Fixas; (xi) SCL - Sistema de Controle Local; (xii) SCMV - Sistema de Comunicações Móveis de Voz; (xiii) SCMVD - Sistema de Comunicações Móveis de Voz e Dados; (xiv) ATC - Sistema de Controle Automático de Trens (<i>Automatic Train Control</i>); (xv) ATO - Sistema de Operação Automática (<i>Automatic Train Operation</i>); e/ou (xvi) AUX - Sistemas Auxiliares; (xvi) SCAP – Sistema de Arrecadação de Passageiros; (xvii) SCADA - <i>Supervisory Control and Data Acquisition</i> ; (xviii) SCA – Sistema de Controle de Acesso.
SISTEMA DE ARRECAÇÃO DE BILHETAGEM	Conjunto de recursos (subsistemas, equipamentos, software, procedimentos etc.), a serem utilizados para a tarifação e o controle de acesso aos diversos meios de transporte público coletivo de passageiros, bem como gerenciamento dos valores recebidos pela comercialização de créditos monetários e direito de viagem do TIC EIXO OESTE, podendo ainda envolver a possível exploração de outros negócios como fonte geradora de RECEITAS ACESSÓRIAS, nos termos do ANEXO X.
SISTEMA DE ENERGIA	Conjunto de equipamentos e infraestrutura responsável pela alimentação elétrica do sistema metroferroviário, composto principalmente por subestações primárias e retificadoras, cabines de seccionamento e paralelismo e sistemas de telecontrole e telecomando, que subsidiam a REDE AÉREA DE TRAÇÃO, permitindo o suprimento de energia para os trens que circulam ao longo das vias.
SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES	Sistema responsável por todas as comunicações de dados, voz e imagens, frente às necessidades operacionais dos sistemas metroferroviários, composto por vários subsistemas, que além das suas funcionalidades operacionais também fornecem meios para o seu gerenciamento e controle remoto. Seus principais subsistemas são: Sistema de Supervisão Integrada – Plataforma Multisserviços – CCO e SSO, baseado no Sistema de Controle e Aquisição de Dados – SCADA; Sistema de Comunicação Móvel (Radiocomunicação); Sistema de Comunicação Fixa – Sistema de Telefonia –

		STEL; Sistema de Gravação; Sistema de Multimídia – SMM; Sistema de Controle de Acesso – SCA; Sistema de Monitoramento Eletrônico – SME – CFTV; Sistema de Controle de Arrecadação de Passageiros – SCAP; Sistema de Transmissão Óptica – STO ou Sistema de Transmissão de Fonia, Dados e Vídeo – STFD.
SISTEMA METROFERROVIÁRIO		Conjunto de linhas de metrô, monotrilho e linhas de trens metropolitanos, existentes e futuras.
SISTEMAS DE SINALIZAÇÃO		Favor confirmar se corresponde ao termo definido 'SISTEMA' ou, caso contrário, apresentar definição Equipamentos, tecnologias e procedimentos que asseguram a circulação segura e dos trens, controlando movimentos, distâncias e permissões de tráfego.
SISTEMAS FIXOS		Os sistemas referem-se a todas as áreas sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, incluindo-se estações, pátios, VIA PERMANENTE, subestações e obras de arte especiais – OAEs. A relação não exaustiva de itens é: ventilação, sinalização, telecomunicação, telecontrole, energia, telefonia e outros de mesma natureza.
SLA		<i>Service Level Agreement.</i>
SMA		Secretaria do Meio Ambiente.
SME		Sistema de Monitoramento Eletrônico.
SMMT		Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito de São Paulo.
SMVA		Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo.
SOLICITAÇÃO DE ANTECIPAÇÃO		Solicitação a ser emitida pela CONCESSIONÁRIA, nos termos do item 1.2. do ANEXO VIII, para requerer a antecipação do cronograma de conclusão de PACOTES DE INVESTIMENTOS.
SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE		Solicitação feita pela CONCESSIONÁRIA, sujeita à prévia anuência pelo PODER CONCEDENTE, para a TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE direto ou indireto da CONCESSIONÁRIA, na situação em que tal anuência é necessária nos termos da Cláusula 32 do CONTRATO, observados os termos previstos no ACORDO TRIPARTITE, caso este seja assinado.
SP		São Paulo.
SPE OU SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO		Sociedade anônima, constituída na conformidade da lei brasileira, com a finalidade específica de prestar os serviços públicos objeto da CONCESSÃO.
SPI		Secretaria de Estado de Parcerias em Investimentos.
SSC ou SISTEMA DE SINALIZAÇÃO		Sistema de Sinalização e Controle.
SSO		Sala de Supervisão Operacional.
STI		<i>Speech Transmission Index.</i>
STM		Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos.
STO		Sistema de Transmissão Óptico.
SUBCONTRATAÇÃO QUALIFICADA		Hipótese facultada ao LICITANTE para a comprovação das condições técnicas compatíveis com investimentos cuja execução demande comprovação de

		qualificação técnica perante o PODER CONCEDENTE, ou para a comprovação das condições técnicas compatíveis com a operação dos SERVIÇOS, mediante a celebração de contrato com entidade e/ou PROFISSIONAL QUALIFICADO que detenha a qualificação técnica pertinente, conforme requisitos definidos no EDITAL e seus ANEXOS.
SUBCONTRATADO		Terceiro contratado à conta e risco da CONCESSIONÁRIA para execução de atividades e serviços afetos à CONCESSÃO.
SUCESSORA		Futura operadora(s) dos serviços públicos relacionados à CONCESSÃO, que venha a suceder a CONCESSIONÁRIA, observadas as previsões legais pertinentes.
SUPRESSÃO CONSEQUENTE		Falha que interfere diretamente na circulação do MATERIAL RODANTE sem que haja a paralisação ou que prejudique o sistema operacional.
SUSEP		Superintendência de Seguros Privados.
SVOC		Compostos Orgânicos Semivoláteis.
SW		<i>Software.</i>
TABELA CLASSIFICAÇÃO INFRAÇÕES	DE DE	Tabela com a identificação das infrações e gradações das respectivas sanções, constante no item 6 do ANEXO V.
TAC		Termo de Ajustamento de Conduta.
TARIFA		Valor instituído pelo PODER CONCEDENTE para a utilização unitária do TIC EIXO OESTE por PASSAGEIROS PAGANTES, observados os benefícios decorrentes da política de redução tarifária, a ser aplicada nos termos do ANEXO VIII.
TAXA DE DESCONTO		Taxa calculada nos termos da Cláusula 22.5.2.3 do CONTRATO, utilizada para descontar valores constantes de um fluxo de caixa.
TAXA SELIC		Taxa básica de juros da economia brasileira, definida pelo Comitê de Política Monetária - Copom do Banco Central do Brasil.
TCA		Termo de Compromisso Ambiental.
TCE		Termo de Compromisso do Empreendedor.
TEL-IXLx		Empreendimento de implantação de telecomunicação no domínio x.
TELECOMUNICAÇÕES		Infraestrutura e sistemas destinados à transmissão de dados, voz e sinais operacionais.
TERCEIRO INTERESSADO		Terceiro interessado na expansão ou melhoria dos SERVIÇOS, ou em gerar benefícios aos PASSAGEIROS, que pretenda executar obras na ÁREA DA CONCESSÃO, das quais resultará uma INFRAESTRUTURA INCORPORADA, incluindo, mas sem se limitar a concessionários a quem tenha sido delegada a prestação do serviço público federal de transporte ferroviário de cargas.
TERMO DE APROVAÇÃO DOS TESTES OPERACIONAIS		Documento que certifica a realização e aprovação dos testes previstos para aferir a funcionalidade e segurança dos sistemas, autorizando a passagem para a ETAPA DE OPERAÇÃO COMERCIAL PLENA.
TERMO DE CONCLUSÃO		Documento que atesta o cumprimento de todas as obrigações previstas no

DA IMPLANTAÇÃO	CONTRATO e seus ANEXOS, ou indicando à CONCESSIONÁRIA pontos para ajuste de forma a atender obrigações previstas, habilitando o início das próximas etapas.
TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE	Documento a ser assinado pelo PODER CONCEDENTE e pela CONCESSIONÁRIA durante o período da FASE PRÉ-OPERACIONAL dos SERVIÇOS, por meio do qual será transferida definitivamente à CONCESSIONÁRIA a responsabilidade pela INFRAESTRUTURA EXISTENTE, incluindo a ÁREA DA CONCESSÃO, após a emissão da versão final do RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO.
TERMO DE FISCALIZAÇÃO	Documento a ser emitido pelo PODER CONCEDENTE, que deverá conter os registros das ocorrências apuradas nas fiscalizações realizadas nos SERVIÇOS prestados pela CONCESSIONÁRIA, para a regularização das inadimplências, faltas ou defeitos verificados, sem prejuízo da imediata aplicação do resultado da fiscalização para os efeitos previstos no CONTRATO, especialmente para fins de mensuração dos INDICADORES DE DESEMPENHO e para fins de instauração de processo administrativo sancionatório.
TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO INTERVENÇÃO	Documento que deverá ser firmado pelas PARTES após conclusão de INTERVENÇÃO e emissão da respectiva CERTIFICAÇÃO pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, ou APROVAÇÃO, no caso de implantação de SISTEMA, o qual atesta o recebimento definitivo da INTERVENÇÃO e formaliza sua liberação para OPERAÇÃO COMERCIAL, nos termos do ANEXO II.D.
TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO INTERVENÇÃO	Documento que deverá ser firmado pelas PARTES após conclusão de INTERVENÇÃO e emissão da respectiva CERTIFICAÇÃO pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, ou APROVAÇÃO, no caso de implantação de SISTEMA, que atesta a ausência de pendências e incorporando-se, quando aplicável, a infraestrutura delas resultante na ÁREA DA CONCESSÃO.
TERMO DE REFERÊNCIA	Termos de referência para elaboração dos documentos, PLANOS e programas socioambientais, constantes nos apensos do ANEXO IV.A.
TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO	Documento a ser assinado pelo PODER CONCEDENTE e pela CONCESSIONÁRIA, em até 2 (dois) meses contados do fim do PRAZO DA CONCESSÃO, desde que cumpridas todas as condições determinadas no TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO, inclusive o adimplemento das eventuais indenizações, nos termos do ANEXO III.F.
TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO	Documento a ser emitido com 18 (dezoito) meses de antecedência em relação ao fim do PRAZO DA CONCESSÃO, nos termos do ANEXO III.F, que deverá conter a situação dos BENS INTEGRANTES e a eventual necessidade de correções ou substituições, sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, bem como a previsão de treinamento de pessoal indicado pelo PODER CONCEDENTE, não cabendo qualquer tipo de ressarcimento à CONCESSIONÁRIA.
TESTES E ENSAIOS PARA INÍCIO DA OPERAÇÃO EM MODO DEGRADADO	Conjunto de simulações, testes práticos e procedimentos operacionais realizados com o objetivo de verificar o comportamento e a resposta do sistema ferroviário frente a falhas, indisponibilidades ou degradações parciais

	de seus subsistemas, conforme previsto nos planos de contingência e nos procedimentos de operação em modo degradado. Esses testes têm por finalidade comprovar a eficácia das medidas de mitigação, a manutenção da segurança operacional e a capacidade de retomada da operação normal, assegurando que a infraestrutura, os sistemas e as equipes estejam preparados para atuar adequadamente em situações não ideais, tais como falhas de sinalização, interrupções de energia, avarias em material rodante ou indisponibilidade de trechos de via.
TESTES E ENSAIOS PARA INÍCIO DA OPERAÇÃO EM MODO NORMAL	Conjunto de procedimentos, simulações, testes práticos e verificações técnicas a serem realizados previamente ao início da operação comercial plena, com o objetivo de comprovar a conformidade da circulação de trens com os planos operacionais, os procedimentos de segurança, os parâmetros de desempenho e as exigências técnicas e regulatórias aplicáveis. Esses testes devem demonstrar a integração segura e eficiente entre os sistemas de controle, energia, telecomunicações, via permanente, material rodante e demais interfaces operacionais, assegurando que a infraestrutura e os equipamentos estejam aptos ao funcionamento regular, dentro dos padrões exigidos para a prestação do serviço de transporte ferroviário.
TETRA	<i>Terrestrial Trunked Radio.</i>
TIC EIXO OESTE	Infraestrutura dedicada ao serviço de transporte ferroviário intermunicipal de passageiros, integrado ao SISTEMA METROFERROVIÁRIO, ligando as estações Sorocaba a Água Branca, via SERVIÇO EXPRESSO, e com paradas nas estações Brigadeiro Tobias, São Roque, Amador Bueno, Carapicuíba e Água Branca, via SERVIÇO PARADOR, conforme dados constantes dos ANEXOS I, II e III do CONTRATO.
TITULAR DE DADOS PESSOAIS	Pessoa natural identificada ou identificável que seja titular de DADOS PESSOAIS.
TÍTULO DE VIAGEM	Documento que garante o direito de viagem reconhecido pelo PODER CONCEDENTE para validação do acesso de PASSAGEIRO ao SISTEMA METROFERROVIÁRIO, configurado nas seguintes, mas não exclusivas, modalidades: <i>Smart Card</i> - Cartão com circuito integrado do tipo MIFARE, para leitura sem contato (<i>Contactless Smart Card</i>); <i>QR Code</i> - Bilhete de leitura óptica, impresso com código de resposta rápida (<i>Quick Response Code</i>), e as definidas no ANEXO X do CONTRATO.
TOP	TÍTULO DE VIAGEM emitido na forma de cartão tipo <i>Smart Card</i> ou QR CODE por meio de aplicativo ou máquinas de atendimento automático, administrado pela ABASP.
TPH	Hidrocarbonetos Totais de Petróleo.
TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE	Qualquer alteração de composição societária, alteração de acordo de acionistas ou qualquer outra operação que, na forma da legislação vigente, implique modificação do CONTROLE da CONCESSIONÁRIA, observado o disposto na Lei Federal nº 6.404/76.

TRANSFERÊNCIAS	PASSAGEIROS que ingressam no TIX EIXO OESTE por estação de integração, oriundos de outras linhas do SISTEMA METROFERROVIÁRIO, com necessidade de pagamento de TARIFA, por meio de linha de bloqueio para acesso de PASSAGEIROS em área paga.
TRATAMENTO OU TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS	Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.
TRE	Termo de Referência Específico.
TRECHO	Segmento de linha férrea compreendido entre dois pontos de controle, como estações, pátios, marcos quilométricos ou municípios, utilizado como unidade de referência para fins operacionais, de manutenção, planejamento e controle.
TREM	Unidade completa de serviço, a que se referem os horários, frequências e intervalos de passagem.
TRENS NOVOS	Trens adquiridos durante o PRAZO DA CONCESSÃO por parte da CONCESSIONÁRIA.
TRENS OPERACIONAIS	Trens em condições de operar, integrantes da INFRAESTRUTURA EXISTENTE, sendo a CONCESSIONÁRIA responsável pela manutenção e adequação dos trens a fim de atender aos INDICADORES DE DESEMPENHO e condições definidas no PLANO DE MANUTENÇÃO do MATERIAL RODANTE.
TRIBUNAL ARBITRAL	Colegiado arbitral institucional a ser designado nos termos da Cláusula 63 do CONTRATO para solução das controvérsias sujeitas à arbitragem.
TUN-00x	Empreendimento de implantação de túnel [•], em que o subscrito [•] corresponderá ao número de identificação do túnel específico.
UC	Unidades de Conservação.
UNIÃO	Pessoa jurídica de Direito Público representante do Governo Federal no âmbito interno e da República Federativa do Brasil no âmbito externo, reunindo todos os Estados brasileiros que formam a República Federativa do Brasil.
UPS	<i>Uninterruptible Power Supply.</i>
USUÁRIO	Pessoa natural beneficiária do serviço público do transporte ferroviário do TIC EIXO OESTE e de serviços correlatos na ÁREA DA CONCESSÃO.
UTM	Universal Transversa de Mercator.
UTS	<i>Uptime</i> dos Serviços. Trata-se de INDICADOR DE DESEMPENHO que objetiva verificar a disponibilidade e a qualidade da operação, aferindo a frequência e a duração das ocorrências que impactem na OPERAÇÃO NORMAL de cada um dos serviços concedidos.
VALOR DE AJUSTE DO APORTE	Benefício econômico-financeiro da CONCESSIONÁRIA, a ser apurado pelo PODER CONCEDENTE, no caso de antecipação do recebimento de APORTE, conforme previsto pelo ANEXO VIII.

VALOR ESTIMADO DO CONTRATO	Valor estimado do CONTRATO, equivalente ao somatório dos INVESTIMENTOS, conforme Cláusula 6.1 do CONTRATO.
VALOR PRESENTE DA CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA ou VPCPF	Valor referente a cada um dos PACOTES DE INVESTIMENTOS disposto no ANEXO VIII.A, que será utilizado nos termos do item 5.7. do ANEXO VIII, para o cálculo das parcelas correspondentes da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA.
VEÍCULOS AUXILIARES E EQUIPAMENTOS	Veículos ferroviários destinados à manutenção dos SISTEMAS FIXOS, ferramentas e máquinas especializadas utilizadas na construção, manutenção e operação de sistemas ferroviários para garantir a eficiência, a segurança, disponibilidade e confiabilidade do sistema ferroviário.
VERIFICADOR INDEPENDENTE	Empresa ou consórcio de empresas a ser contratada(o) pela CONCESSIONÁRIA, no prazo fixado no ANEXO III.B, para atuar como avaliador independente dos INDICADORES DE DESEMPENHO, nos termos da Cláusula 16 do CONTRATO e de seu ANEXO II.E, sem prejuízo das competências do PODER CONCEDENTE.
VFE-0xx	Empreendimento de implantação de Viaduto Ferroviário [•], em que o subscrito [•] corresponderá ao número de identificação do viaduto ferroviário específico.
VHF	<i>Very High Frequency.</i>
VIA PERMANENTE ou VPE	Sistema de sustentação e guiagem do tráfego de veículos ferroviários, constituído de componentes e instalações distribuídos em dois subsistemas, a saber: (i) infraestrutura (aterros, cortes, provisões de contenção de taludes, obras de arte, drenagem); e (ii) superestrutura (trilhos, desvios, dormentes, acessórios de fixação, dispositivos amortecedores, lastro, sub lastro).
VIAMOBILIDADE	Concessionária das Linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A.
VIAQUATRO	Concessionária da Linha 4-Amarela do Sistema de Transporte Metropolitano sobre Trilhos de São Paulo.
VÍCIO OCULTO	Vício, defeito ou inconformidade na INFRAESTRUTURA EXISTENTE que atenda aos requisitos descritos no CONTRATO.
VISITA TÉCNICA	Visita com o objetivo de possibilitar ao interessado a obtenção de informações e subsídios técnicos que julgar convenientes para a elaboração da sua PROPOSTA COMERCIAL.
VIVO	Telefônica Brasil S.A.
VLT	Veículo Leve sobre Trilhos.
VOC	Compostos Orgânicos Voláteis.
VOIP	<i>Voice Over Internet Protocol.</i>
VPL	Valor Presente Líquido.
VRO-00x	Empreendimento de implantação de Viaduto Rodoviário xx, em que o subscrito xx corresponderá ao número de identificação do viaduto rodoviário específico.

WIFI	Tecnologia de rede sem fio que permite conectar dispositivos à internet.
-------------	--